



Anais da Assembléia

N.º 09

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 08 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 005.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1983**

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Djalma de Almeida Cesar.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artágão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrarí Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem n.º 34/83 Curitiba, 03 de março de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados em 20 de janeiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ALTÔNIA, ATALAIA, BOA ESPERANÇA, CAFEARA, CIDADE GAÚCHA, CRUZEIRO DO OESTE, DIAMANTE DO NORTE, FLORESTÓPOLIS, ICARAÍMA, IGUARAÇU, IPORÃ, ITAÚNA DO SUL, LOANDA, MARIA HELENA, (2 Conv.), MOREIRA SALLES, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, PARANAVAÍ, PLANALTINA DO PARANÁ, SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ e TAMBOARA, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reiterei a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 05/83, o qual dispõe sobre revisão especial de proventos de funcionários civis aposentados do Poder Executivo como específica.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar, à família de JOAQUIM LÚCIO, falecido tragicamente em acidente automobilístico, ocorrido na semana próxima passada em Ubiratã.

Da decisão do Plenário, REQUER ciência à família enlutada, à Rua Hercúlio Otaviano s/n., em Ubiratã, Pr.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, manifestação de regozijo à Universidade Estadual de Ponta Grossa, por promover e sediar, em cooperação com as Universidades Estaduais de Londrina e de Maringá, e com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, de 10 a 12 do corrente, o II ENCONTRO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO BRASIL.

REQUER, ainda, após decisão do Plenário, dê-se ciência à Reitoria daquela Universidade.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

JUSTIFICATIVA:

A presença em nosso Estado de Universidades de outras unidades da Federação, mantidas pelo poder público, a nível estadual e municipal, através de seus dirigentes e assessores durante o referido Encontro Nacional, constitui-se, para o Sistema de Ensino Superior do Paraná, em um acontecimento expressivo de reconhecimento e promoção.

Trata-se, portanto, de uma oportunidade significativa para o desenvolvimento de trabalhos e troca de experiências, objetivando a solução de problemas comuns a esse tipo de instituição de Ensino Superior, contribuindo, desta forma, para o próprio aprimoramento da Universidade Brasileira.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar, pelo falecimento do Doutor JAURI SOUZA, conceituado advogado paranaense, ocorrido na última semana, nesta Capital.

Outrossim, REQUER ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Conselheiro Laurindo, n.º 41,

Edifício Araucária, 2º andar — ap. 202.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, e em nome de sua Bancada, voto de profundo pesar pelo falecimento de REGINA RUPPEL, filha do Conselheiro do Tribunal de Contas, ex-Deputado e ex-Presidente desta Casa, Sr. ANTÔNIO RUPPEL, vítima de lamentável acidente.

Outrossim, REQUER ainda, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor ERNANI GALVEAS, DD. Ministro da Fazenda, bem como ao Excelentíssimo Senhor FRANCISCO DORNELLES, DD. Secretário da Receita Federal em Brasília, solicitando seja mantida em funcionamento a Agência da Receita Federal no Município de DOIS VIZINHOS, neste Estado.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo, além de sua sede, os Municípios de São Jorge d'Oeste, Verê, Salto do Lontra e Nova Prata, a agência de Rendas Federais de Dois Vizinhos representa uma necessidade para aquela região do Estado, eis que, tendo a agricultura como uma de suas principais fontes de divisas, atinge elevado montante de arrecadação.

Por outro lado, a desativação da agência da Receita Federal em Dois Vizinhos, se concretizada, virá trazer incalculáveis prejuízos à população deste e dos municípios acima referidos que ali recolhem seus tributos, os quais terão que se deslocar, provavelmente, até Francisco Beltrão, numa distância de 40 quilômetros, para obter atendimento.

Assim, necessária se faz, não a desativação de uma agência que está beneficiando, mas sim a criação de novas, em pontos estratégicos, para facilitar os recolhimentos daquele povo que trabalha de sol a sol pela grandeza de nossa terra.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulação, à Equipe e Diretoria do Caramuru Esporte Clube, do Município de Chopinzinho, pela conquista da XXII Taça Paraná, de Futebol Amador.

Tal conquista, veio traduzir o empenho dos atletas, da Diretoria, bem como, do apoio encetado pelo povo daquele progressista município.

O Caramuru, com a conquista máxima do Futebol Amador do Paraná, enobrece a região Sudoeste do Estado, ao mesmo tempo em que faz a região despertar para o seu real poder competitivo.

Outrossim, REQUER ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao Caramuru Esporte Clube, no Município de Chopinzinho-PR.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

Apoioamento: Caíto Quintana.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Casa, um voto de regozijo à Editora "Diário Popular" Ltda., fundada pelo jornalista e advogado Abdo Aref Kudri, pelo transcurso do vigésimo aniversário de fundação daquela editora, ocorrido em 04 de março do corrente.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao jornalista Abdo Aref Kudri, bem como à direção da Editora "Diário Popular"

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor desta, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Presidente da República, sugerindo seja ampliado o benefício da compra de veículos à álcool com redução de imposto aos Oficiais de Justiça que, como os motoristas de táxi, dependem fundamentalmente de condução para cumprir e fazer cumprir as ordens judiciais.

Impõe ressaltar que estes servidores são obrigados a cumprir, sem qualquer contra-partida, a mandados das varas criminais e dos casos de assistência judiciária gratuita, utilizando veículos e combustível próprio, percorrendo na maioria dos casos grandes distâncias para servir a Justiça.

A situação traduz grandes ônus e desestímulo a esta laboriosa parcela do Judiciário, que ao mesmo tempo vê que agentes de polícia, para intimar uma parte, dispõe de veículo oficial e motorista.

Assim, desejamos que esta sugestão chegue aos poderes competentes para, entendendo a necessidade que o caso apresenta, promovam a alteração do Decreto-Lei nº 1944, de 15 de junho de 1982, incluindo os Senhores Oficiais de Justiça como beneficiários da redução de tributo na compra de veículo à álcool.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio das notas taquigráficas do pronunciamento na data de hoje do Sr. Deputado Alencar Furtado a sua Excelência o Governador JOSÉ HOSKEN DE NOVAES.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença, em nosso plenário, de Sua Excelência o Sr. Deputado João Elísio Ferraz de Campos, Vice-Governador eleito do Estado do Paraná, bem como de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Palmital, João Cecúia. O Sr. 1.º Secretário dará conhecimento da matéria do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso da tribuna desta Casa, para, inicialmente, dizer da sa-

tificação em fazer parte desta Assembléia, e poder representar as aspirações e os pensamentos do povo que nos elegeu.

Dizer também, da alegria em poder atuar diretamente, nas tomadas de decisão em vistas às metas, programações, programas, projetos e ação do PMDB para a melhoria da qualidade de vida em nosso Estado.

Expor, nesta Casa, também, as preocupações que estão acionando a Classe Médica e os Profissionais de Saúde, em prol da população. Preocupações que vêm sendo debatidas e analisadas em pequenos grupos, em associações e num crescendo, resultando como produto - a decisão de realizar em todo o Brasil, um protesto.

Hoje - 08 de março - o Brasil conhecerá o protesto nacional dos Profissionais da Saúde. Protesto por melhores condições de saúde à população. Protesto contra os baixos salários e reajustes inferiores à inflação. Protesto contra as péssimas condições de trabalho. Protesto contra o desemprego.

A esta augusta Casa Legislativa, os termos do Memorial distribuído pela Classe dos Profissionais de Saúde: (Lê):

"Os Profissionais de Saúde estão em campanha por melhores condições de trabalho, melhor atendimento à população e melhores salários.

Todos nós sabemos das condições de saúde da população. Falta assistência médica. Os postos de saúde, ambulatórios e hospitais, mal localizados e insuficientes não têm condições de atender satisfatoriamente à população. A habitação é precária: são favelas, conjuntos habitacionais, e a maior parte das moradias das regiões carentes, sem o menor saneamento básico, porque falta luz, água, rede de esgotos, coleta de lixo e calçamento. As condições de trabalho nas fábricas não são boas, levando a constantes acidentes de trabalho.

A situação que já não era boa, começou a agravar-se com a entrega de nossa economia às mãos do Fundo Monetário Internacional, no final do ano passado, resultado de uma política reconhecidamente incompetente; onde um governo central junto com suas ofertas de conciliação e trégua, teima em manter nas estruturas administrativas políticas que nos conduziram, como Nação, à falência econômica, política e social.

O povo sabe bem como são os Hospitais e Ambulatórios onde é atendido. Faltam medicamentos, as salas são apertadas e quentes, os banheiros imundos, os aparelhos quebrados. As consultas são realizadas às pressas e quando o paciente não é atendido as autoridades responsabilizam injustamente profissionais da saúde.

Essa situação insuportável-agravada pela ausência da aplicação de uma política adequada na área da Saúde que atenda os interesses da população - levaram os profissionais do setor a uma reflexão e mobilização em defesa de melhores condições de vida e de uma assistência médica digna.

Por tudo isto é que estamos realizando uma manifestação em todo o País, conscientes de que este é um marco importante no processo de luta por uma sociedade mais justa, onde seja realidade uma ampla e democrática assistência médica à população, com condições dignas e remuneração a todos os profissionais de saúde.

Dia 8 de março, dia Nacional do Protesto:

- Por melhores condições de saúde à população;
- contra os baixos salários e reajustes inferiores à inflação;
- contra as péssimas condições de trabalho;
- contra o desemprego.

Como médico, como componente da Comissão de Saúde desta Assembléia Legislativa, em nome da Bancada do PMDB, quero registrar o meu apoio às pessoas envolvidas com o bem estar da Nação que exige soluções objetivas, claras e imediatas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Lendo): "Oito de março de 1983.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Comemora-se hoje, em todo o mundo, o "Dia Internacional da Mulher"

Gostaria de poder, desta tribuna, dizer apenas e simplesmente, palavras reconfortadoras, associando-me às comemorações de uma luta que já estaria vencida. Mas, a dura realidade não me dá o direito de falar sobre o vazio.

Neste dia oito de março de 1857, cento e trinta e nove operárias, durante uma greve, foram queimadas vivas, dentro de uma fábrica, porque se negavam voltar ao trabalho.

A greve se havia instalado na luta pela diminuição da jornada de trabalho, uma vez que as mulheres trabalhavam 16 horas, ganhando menos que os homens, quando estes cumpriam uma jornada de dez horas.

A polícia cercou a fábrica e incendiou o prédio. As mulheres mortas, transformaram-se em heroínas, um marco de referência contra a discriminação da mulher no mercado de trabalho.

O problema da mulher na sociedade tem que ser encarado com muita seriedade. Se não perderemos a possibilidade de compreendê-lo com clareza e perderemos a possibilidade de combatê-lo com eficiência. Nem mesmo a igualdade formal, oferecida aos homens pela sociedade capitalista, foi concedida às mulheres.

No Brasil, dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Código Civil, tratam as mulheres como um menor a ser tutelado. Por outro lado, questões culturais desentramam o caminho dos estudos e conseqüentemente o acesso ao mercado de trabalho. Pelo mesmo trabalho, seus salários são sempre menores do que o salário dos homens.

Como domésticas, não têm direito a décimo terceiro salário, não têm acesso às áreas comunitárias dos edifícios, dormem em quartos diminutos e a sua jornada diária não é menor do que a das mulheres que foram queimadas em 1857.

Lavradoras, trabalham mais e recebem menos. Agregam ao duro trabalho do campo, o não menos duro trabalho das tarefas domésticas. E ganham pouco mais do que ganha uma criança. De uma maneira geral, pelo mesmo trabalho, recebem menos do que o homem, e são as primeiras a serem despedidas em épocas de crise.

E é nas crises que as mulheres sofrem toda a violência, que acaba por desaguar no lar. A violência dos homens que por falta de consciência política, se tornam violentos em casa, diante da impotência para resolver o problema do desemprego, dos baixos salários, do custo de vida e da exploração do trabalho.

O suporte subjetivo para todo esse comportamento masculino é ver na mulher um objetivo, uma propriedade privada do homem. Sua luta no entanto, é uma luta que não se desliga do processo geral de emancipação de todo o povo.

A luta da mulher, com suas questões específicas, é luta contra exploração do trabalho, contra o preconceito e contra a discriminação.

País algum será um dia país livre, com mulheres escravas. Jamais haverá justiça e liberdade, com mulheres preconceituosas, exploradas e oprimidas.

A luta pela liberdade é uma luta inteira. No momento histórico brasileiro, é a luta contra o regime e contra o autoritarismo, pela democracia, pelo nacionalismo, pela participação popular, pela emancipação da mulher e pelos direitos das minorias.

Não podemos deixar de compreender e incorporar na luta geral do povo as lutas específicas das mulheres sob pena de estarmos marginalizando do processo mais de 50% da população do País.

A minha homenagem às mulheres que lutam no Brasil. A minha homenagem às nossas colegas de bancada, Deputadas

Amélia Hruschka e Irondi Pugliesi.

A minha homenagem às companheiras aqui presentes, companheiras da luta geral do povo brasileiro."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 30/08 do ano passado apresentei o projeto de lei que recebeu o número 110 e cujo objetivo é fixar critérios para o preenchimento dos cargos de direção do Conglomerado Financeiro do Banco do Estado do Paraná.

No dia 11 de outubro do ano passado requeri e o Plenário aprovou por unanimidade Regime de Urgência para esta matéria e lamentavelmente até o dia de hoje o Projeto de Lei nº 110/82 não foi objeto de deliberação pelo Plenário desta Casa.

Devo afirmar que dissocio completamente o projeto apresentado então da situação político-administrativa de hoje, porque a matéria é anterior à eleição de 15 de novembro.

Não há porquê se imaginar portanto, que se pretenda qualquer embaraço para constituição das diretorias do Banco do Estado, considerando que o vencedor do pleito de 15 de novembro foi o Sr. José Richa.

O que nos interessa substancialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a valorização do funcionário do Banco do Estado do Paraná que fez de sua carreira de bancário toda uma vida, toda uma existência e que no momento de ver preenchidos os cargos de direção, simplesmente se subordina à vontade daqueles que inspirados em critérios políticos colocam em funções importantes de um ato de injustiça social muito grande.

Por esta razão venho à tribuna a fim de particularmente solicitar de Vossa Excelência as providências necessárias para que esta matéria seja deliberada por este Plenário, mesmo que não tenha tramitado pela Comissão Técnica Permanente deste Poder, porque inspirado o prazo do Regime de Urgência, o próprio Regimento Interno desta Casa dá ao Presidente os poderes necessários o instrumental suficiente para que seja colocado na Ordem do Dia, qualquer projeto a fim de que o Plenário possa examiná-lo e sobre ele possa deliberar. Como estamos há alguns dias da posse do novo governo, e como os momentos atuais estão servindo para aprovação dos quadros administrativos do Paraná, devo ao mesmo tempo formular um apelo ao ilustre Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Nilso Sguarezi, para que leve ao futuro Governador, o texto desse nosso projeto de lei, a fim de que Sua Excelência tenha o tempo suficiente para agir dentro do espírito deste projeto, que não arranha nem mesmo a pregação eleitoral feita por José Richa e seus companheiros, antes da eleição.

Queremos participação sim, como quer o futuro Governador do Estado. Queremos que todos os setores da sociedade da administração do Paraná, como quer o futuro Governador deste Estado, e por estas razões fundamentalmente é que entendemos que nada pode impedir a aprovação desta Mensagem, deste projeto, desta iniciativa, sobretudo quando sabemos que os pregadores dessas medidas de ontem, hoje, compõem democraticamente a maioria na Assembléia Legislativa do Paraná.—

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Toguio Setogutte.

O SR. TOGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Após quatro anos quando em outra oportunidade aqui

podemos desfrutar do convívio dos companheiros desta Casa, retornamos, mais uma vez, sufragados que fomos nas urnas de 15 de novembro. Mais uma vez, representando a mesma região no Oeste de nosso Estado, aqui estamos. Nesse dia 8 de março, quando como há pouco dizia o nosso ilustre companheiro e nobre Deputado colega médico Nelson Vasconcellos, o "Dia Nacional do Protesto" em que os médicos do Brasil, todos eles, cada um da sua forma, ocupando seja as tribunas, seja na condição, hoje, de Deputado, dizer do anseio representado das mais diferentes regiões, para dizer da satisfação em falar também em nome da classe.

Em todo o Brasil, solenidades, palestras, conferências, debates e até paralisações simbólicas estão acontecendo.

É a tentativa primeira, real, dos médicos para trazer perante a opinião pública os graves problemas que o setor da saúde enfrenta no País. Principalmente as condições de trabalho, a baixa remuneração, aumentos salariais abaixo da inflação, U.S., Resolução do INAMPS 026/82, e o desemprego da nossa classe. São mais de 30 mil médicos que ora prestam serviços como funcionários públicos no País.

A decisão deste primeiro dia de protesto, que foi deliberado na 1a. Assembléia Brasileira das Entidades Médicas, realizada em Salvador e que reuniu na Associação Médica Brasileira, mais de 50 entidades representativas de todas as áreas médicas do País.

(Lendo): "O Paraná, na oportunidade, esteve bem representado, como sempre o faz, o nosso estimado e querido Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, Dr. Francisco Beduski, e, agora, em exercício na Presidência da Federação Nacional dos Médicos.

Aproveitamos também esta oportunidade, no momento em que está sendo comemorado, também, o "Dia Internacional da Mulher", ainda dentro desta Casa, as nossas duas colegas Deputadas representantes de Campo Mourão e de Arapongas.

E é, ainda, com referência às mulheres, que me reporto a dizer algumas palavras da Doutora Hiro Goto, do Sindicato dos Médicos de São Paulo, que fala sobre os problemas da participação da mulher, inclusive na luta sindical, momento oportuno neste Dia Internacional a ela dedicado. (Lê): ((Visão machista - a mulher médica sempre sofreu discriminação, afirma Hiro. "Algumas empresas colocavam claramente sua preferência por plantonistas do sexo masculino, afirmando que a mulher é insegura na hora de atender, que há falta de instalações para uma mulher, fora a questão da gravidez, com os conseqüentes encargos sociais para a empresa".

Assim é, que nós, nesta oportunidade, em trazendo pela Bancada do PDS as nossas palavras, quero externar e trazer o meu apreço e o meu reconhecimento profundo, pela consideração do povo do Paraná em mais esta oportunidade, que me faz chegar a esta Casa, Casa em que aprendemos com muita condição o saber, o discernimento da sociedade nos seus devidos pontos, e, principalmente, a mulher ocupando o seu devido lugar, agora mais do que nunca.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para nós grande a satisfação de, pela vez primeira, até em nossa vida, ocuparmos a tribuna desta Assembléia Legislativa, para, aqui, podermos em nome daqueles que nos sufragaram em 15 de novembro, representá-los e falar em seu nome.

E, na qualidade de representante que somos por legitimidade de origem, por formação universitária e por exercício profissional, queremos, nesta Casa e desta tribuna, sempre defender interesses maiores da classe agropecuária paranaense.

Em com esse objetivo, no dia de hoje, gostaríamos de, rápida e sucintamente, tecer alguns comentários a respeito da situação de hoje da agricultura do Paraná, agricultura esta que vem sofrendo sérios prejuízos pelas constantes chuvas que vêm caindo no Paraná, e, especialmente, na região que nós representamos, o Centro do Paraná, região esta constituída basicamente de pequenos produtores rurais, e que teve nos meses de novembro e dezembro do ano passado, quando em plena colheita da safra de verão, feijão das águas, especificamente, teve enormes prejuízos dado a grande incidência que houve de chuvas naquela ocasião. E, na última semana, gostaríamos aqui de registrar, também foram abundantes as chuvas que lá caíram; e só para se ter uma idéia, na primeira semana do mês de março, a precipitação foi em torno de 200 milímetros, a média normal de um mês. E isto ocasionou na nossa região, região central do Paraná, enormes danos e prejuízos, haja vista que várias pontes e estradas foram destruídas, estradas estas que já se encontravam em precárias condições, haja vista o abandono em que foram deixadas pelas administrações anteriores.

A nossa região, hoje, colhendo o seu algodão, soja, está sofrendo também uma barbaridade com a chuva que está caindo. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe a nós, desta tribuna, solicitar às autoridades constituídas que tenham para com a agricultura um maior zelo e um maior interesse, porque da forma que está indo a nossa agricultura, da forma em que estão sendo tratados nossos pequenos proprietários principalmente, nós acabaremos dentro em breve com uma agricultura totalmente diferente daquela que conhecemos até hoje.

O nosso agricultor a cada dia que passa está mais descapitalizado, está mais desestimulado para continuar em suas funções e a nossa região sente os efeitos não só dessa política agrícola que impera no nosso País, mas sente muito mais, neste momento, os efeitos drásticos das intempéries quando mais da metade, tenho certeza, do algodão da nossa região já está em fase de colheita e somente a região de Ivaiporã contribuirá, tenho certeza, com mais de 70.000 toneladas, num total estimado para o Paraná de 800.000 toneladas de algodão e isso só nos leva a ter sentimentos, a ter preocupação com os resultados da colheita que está em desenvolvimento. Então fica aqui o nosso registro das dificuldades por que passa o nosso trabalhador rural, ainda mais agora com a maxi-desvalorização do cruzeiro, que haverá de criar enormes problemas, haja vista que o custo de produção será aumentado.

Então fica o nosso registro para que as autoridades constituídas tomem providências para que a colheita se desenvolva à altura, a comercialização possa ser feita no momento adequado e rapidamente e que o produtor venha ainda receber algum benefício, pois está sofrendo a cada dia que passa.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrando o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos sido desta tribuna a voz da denúncia contra a corrupção, contra as bandalheiras instaladas neste País e neste Estado, pela Revolução de 64 e pelos governos biônicos que aqui passam e estão passando. Trago hoje um desafio, numa denúncia à Bancada do PDS. Outro dia desafiava-me para trazer provas das minhas acusações. Trago provas, inclusive fotográficas - estão às minhas mãos à disposição dos companheiros e mais um filme que está sendo revelado neste momento, em que o Sr. Oscar Ferreira, diretor administrativo da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, ligado à Secretaria da Saúde e Bem Estar

Social, na Praia das Betaras, usa funcionários do Estado para remodelar e reformar a sua moradia, a sua residência.

Se os Deputados do PDS tiverem dúvida quanto a esta afirmação e quanto à veracidade da existência deste fato, fotografado por nós hoje pela manhã, eu estou à disposição para me dirigir até a Praia das Betaras para confirmarmos esta denúncia.

Muitas serão as outras denúncias que por aqui nós havemos de expor ao conhecimento do público, porque nós não viemos para este plenário nem para esta Casa, para compactuar com qualquer tipo de bandalheira nem mesmo com o silêncio. Seremos, nós do PMDB, a voz permanentemente de atalaia para não só rever o passado e o presente, mas, também, para colaborarmos para que o Governo Richa seja, realmente, a marca de um novo tempo e de uma nova administração no Estado do Paraná.

O povo do Paraná está cansado de desonestos, de desonestidades, de incompetentes e de incompetência. Seremos mais do que vocês, Deputados do PDS, nós seremos os colaboradores permanentes para que o povo do Paraná não continue essa trajetória de decepção e de desenganos porque tem passado durante esses 18 anos. Feita esta denúncia e, para encerrar, no Dia Internacional da Mulher, desejo render a todas elas a minha homenagem. E lembro-me do grande poeta Olavo Bilac quando dizia: "Deus criou a mulher e as rosas. A mulher e as rosas para o beijo do sol e para os beijos dos poetas. As rosas são a beleza, as mulheres são a vida sublimada".

Minha saudação a todas.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero congratular-me com o nobre Deputado Alencar Furtado pela denúncia que traz ao Plenário desta Casa na tarde de hoje. E dizer que os Deputados do PDS, não creio que haja nenhum em nosso Bancada que possa dar guarida a um ato criminoso de um funcionário público do Estado.

Também desejo ressaltar, nesta oportunidade, a figura do Governador Hosken de Novaes, que por certo desconhece o fato trazido à tona na tarde de hoje. Porquanto, Sua Excelência no desempenho de seu mandato de Governador, tem sido uma lisura a merecer elogios da própria Bancada hoje do Governo e ontem, Oposição.

Mas, o nobre Deputado Alencar Furtado, com a sua combatividade que, aliás, faz jus ao seu irmão com o qual convivemos aqui nesta Casa e que aprendemos a respeitar exatamente pelas mesmas qualidades que está demonstrando hoje, o nobre Deputado Alencar Furtado. Mas ele terá muito serviço nesses 4 anos, porque escapará até ao futuro Governador fatos desta natureza. E o Deputado, o Vereador, o representante da comunidade, do povo, é que justamente deve trazer aos governos o conhecimento desses fatos. Eu não considero isso uma exceção, é obrigação que tem o homem público de assim proceder.

Mas, não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar transitar em julgado, as afirmações do nobre, elegante, culto, destemido Líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi. Embora o nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder da nossa bancada, tenha dado uma resposta cabal, precisa sobre o assunto, eu queria ainda abordar alguns aspectos do pronunciamento do nobre Deputado, valendo-me para isto da sabedoria popular. Há vários adágios para definir uma verdade da vida, que "o importante é o futuro", "águas passadas não rodam moinhos", que "não adianta chorar sobre o leite derramado". Mas há um provérbio ainda mais forte, que define melhor o erro humano de preocupar-se com o passado, desperdiçando

esforços que seriam melhor empenhados na vivência do presente e mesmo na planificação do futuro. É o provérbio que diz: "virado para trás é o casco do diabo"

Temos acompanhado o pronunciamento da imprensa e imprensa do futuro Governador José Richa. E agora vimos também o recente pronunciamento, - que já me referi, do nobre Deputado Nilso Sguarezi, Líder do PMDB, formando um quadro de comportamento que acreditamos importante de analisar para reflexão.

Primeiro houve o pronunciamento do futuro Governador José Richa afirmando que iria demitir perto de 20.000 servidores que teriam sido contratados com objetivos eleitoreiros. Sua Excelência usou esta alegação até à entrevistas a órgãos de divulgação de circulação nacional muito importante, como é o caso da revista "Veja", pintando sobre o nosso Estado a imagem do que chamou de empreguismo "desbragado" e imoralidade administrativa.

Levantados os fatos por um homem que me parece dos mais decentes, alto funcionário desta Casa, homem que tem um passado correto no trato da coisa pública, que é o atual Secretário dos Recursos Humanos, Dr. Ruy Ferraz de Carvalho, comprovou-se que o total de nomeações e contratações feitas pelo Estado em todo o ano de 82, ficou abaixo de 4.000; e todas elas destinadas a preencher vagas absolutamente necessárias, especialmente nas áreas do Magistério, dado às aposentadorias, a criação de novas escolas, área de polícia, de saúde pública.

O próprio Sr. José Richa voltou atrás em suas declarações, afirmando-se mal informado sobre a situação real. Mas como é natural, o desmentido não tem o mesmo efeito da acusação, não teve a mesma repercussão do escândalo, ficou a imagem denegrida de nosso Estado Brasil afora.

Ficou a maldade da mentira contra os seus administradores. Sobre os quatro mil contratados em 82, ficou ainda e perdura a inquietação de serem alvos de dispensa, a insegurança de perderem empregos que certamente precisam, apesar de mal remunerados, como aliás são quase todos os funcionários públicos.

Depois, em outras manifestações de repercussão também nacional, o Sr. José Richa afirmou textualmente que assumirá um Estado cuja administração pública está falida.

Lamentavelmente esta afirmação vem de ser ratificada nesta Casa pelo nobre Líder da Bancada do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, Deputado que tanto prezamos, que tanto admiramos ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência, só gostaria de não perder a embocadura de nosso pronunciamento, apesar de estar por escrito.

No seu pronunciamento do dia 2, ele detalhou números e afirmou que o Paraná está à beira da falência.

Não é verdade.

Não é verdade e consta da prestação de contas feita pelo Governador Hosken de Novaes nesta Casa, na sessão de abertura dos trabalhos.

O Paraná fechou o exercício de 82, portanto, o ano eleitoral onde o PMDB afirma ter havido uma orgia de gastos, uma receita de 182 bilhões e 600 milhões contra uma despesa de 178 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, portanto, com um saldo financeiro de 8 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro do ano passado.

E eu vou mais longe, para que a Bancada do PMDB saiba, para que o Paraná todo saiba, que o Estado costuma iniciar o pagamento de seus funcionários no dia 18 de cada mês. E tanto foi o cuidado, apesar dos protestos de alguns presentes, pertencentes ao PDS, que pleiteavam, precisavam de alguma ajuda, principalmente para o pagamento de professoras municipais, a serviço de escolas públicas estaduais, pleiteavam este auxílio ao Governador José Hosken de Novaes, apesar dos protestos destes companheiros, esse auxílio foi negado, tal a lisura de comportamento do atual Governador. Por que?

Porque ele não acha justo transmitir o Governo, a 15, e o Sr. José Richa ser obrigado a iniciar o pagamento a 18, sem um tostão em caixa. Então, vai ter o dinheiro suficiente, além deste saldo orçamentário de 82 que serviu em parte para pagar operações de crédito; vai entregar o tesouro do Estado com dinheiro suficiente para pagar a folha do funcionalismo público.

O total da dívida da administração direta do Estado, que também foi motivo de abordagem nesta Casa, é de 105 bilhões e 905 milhões, pagável num prazo médio de 12 anos e correspondente à metade da receita tributária prevista para 83.

Transpondo-se a situação para a simplicidade de uma dívida pessoal, pode ser simplório o exemplo, mas vamos dar um exemplo transformando os 12 anos que o Paraná tem que pagar essa dívida em 12 meses. Diríamos que um cidadão deve um ano o equivalente ao seu salário de um mês. Então, hão de convir os senhores, que não se trata de uma dívida esmagadora como afirma o nobre Líder do PMDB, ao defender a tese de que o legado do futuro Governador é execução de uma falência. Não se trata, absolutamente, disso.

Afirmou ainda o nobre Líder do PMDB, que a máxidesvalorização do cruzeiro veio agravar esse endividamento. Com o que, obviamente, concordamos. Mas, o que queria o nobre Deputado do PMDB? Queria que o Paraná se constituísse numa ilha, neste País? Queria que o Paraná fosse uma ilha imune à política cambial, ou pretende também afirmar que foi a administração anterior culpada da política financeira que determinou a desvalorização do cruzeiro?

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a história da dívida do Paraná é muito simples, cada tostão empolgado por entidades de fomento, como o Banco Mundial, como o BID e como outras, ao Paraná, foi investido em obras de retorno. Houve investimentos, não custeio de despesas. Aqui cabe um registro para refrescar a memória do PMDB.

O Governador campeão de endividamento neste Estado foi o Sr. Jayme Canet Júnior. Porém, foram empréstimos que ele fez necessariamente. Necessários para que ele pudesse realmente realizar a grande, a excelente administração que realizou. Os quatro mil quilômetros de rodovias pavimentadas, de onde é que o Sr. Canet achou o dinheiro? Nesta Casa, alguns Deputados do PMDB estão aqui, autorizaram Sua Excelência a ir buscar esse dinheiro, em dólares, no exterior.

Foi a meta maior da administração de Jayme Canet Jr., foi essa pavimentação extraordinária record em toda a história do Paraná. E ninguém pode negar, que se não fora o apoio de Jayme Canet, José Richa jamais seria o Governador deste Estado. Jamais. Mas, a memória dos políticos, sempre é muito fácil.

E assim, todos os Governadores que antecederam Richa, contribuíram para o endividamento do Estado. Contribuíram para que ele chegasse onde chegou. Mas todos eles investiram em obras importantíssimas.

Vamos deixar de lado o que Ney Braga fez no Paraná. Vamos deixar a sua contribuição para as grandes obras de infra-estrutura desse Estado, nas quais se assenta o poderio econômico do Paraná. Vamos deixar de lado. Vamos nos fixar num outro Governador que realmente abusou um pouquinho do endividamento externo: Paulo Pimentel. Na minha opinião, o mais fecundo de todos, pelo seguinte, porque, à época do seu governo, a participação do Paraná na receita da União, nos fundos hoje criados após 1970, eram quase insignificantes.

Entretanto, ele, respaldado pelo povo, ter sido um Governador igual José Richa, escolhido diretamente pelo povo, realizou obras importantíssimas com recursos gerados por empréstimos, obras estas que aumentaram efetivamente a capacidade arrecadadora do Estado.

Apenas alguns exemplos: a região do nobre Líder do PMDB, a pavimentação de Pato Branco — Três Pinheiros; Maringá — Campo Mourão; Rolândia — Porecatu; Apucarana — Londrina; usinas hidrelétricas Júlio Mesquita Filho, Capivari Cachoeira, o ginásio de esportes e as áreas de lazer espalhados por todo este Estado e centenas e centenas de escolas, com milhares e milhares de salas de aula.

Assim, o próprio governo do futuro Chefe do Executivo, o Sr. José Richa, irá se beneficiar de aumento de arrecadações, porque não existem administrações estanques. Claro que não existem, zeradas de quatro em quatro anos. Não pode. Recebem com tanto e deixam com zero. Não pode, não existe isso.

Administração pública é continuidade, o governo não é do Richa, não é do Ney, não é do Canet e não é de ninguém; se exerce em nome do povo.

Então, não existem administrações zeradas, como parecia esperar o PMDB. Oxalá, Sr. José Richa, ao terminar o seu período de gestão, leve também ao seu sucessor uma dívida de investimentos tão bem aplicadas, tão bem consolidadas, tão bem compatível com a capacidade de endividamento deste Estado, porque, o que se espera de um governante é que saiba administrar as finanças do Estado, onde a dívida é componente essencial. Não fosse esse pressuposto de criatividade gerencial que se espera de um governador, para que eleição? Para que?

Mais fácil seria instalar no Palácio Iguazu um competente caixa de banco que soubesse contar até 10 para fazer recebimentos e pagar. Se as administrações fossem zeradas de quatro em quatro anos, bastava um caixa de banco, não precisava eleições. Não precisava nada.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento)**

Nobre Deputado Erondy Silvério, tenho vários itens para apartear-lo, mas como pretendo que meu aparte seja objetivo, e não tirar o precioso tempo de Vossa Excelência, oportunamente responderei o discurso, mas agora quero apenas aludir o seguinte. Todos os dados do meu pronunciamento foram baseados na Mensagem que o Dr. Hosken de Novaes aqui proferiu. E os dados relativos à contratação de pessoal e aos números de dívida e receita que a Mensagem apresenta, são exclusivamente da administração direta. Então, há de permitir Vossa Excelência que, quanto à administração indireta, a Mensagem, sobre ela foi meu discurso, não fala nada de contratação de pessoal.

E nós sabemos que esta própria denúncia o Deputado Alencar Furtado trouxe à tribuna, esta Fundação "Caetano Munhoz da Rocha", que fornece os funcionários para a Secretaria de Saúde, que são todas contratações da CLT, temos absoluta certeza que aí houve uma avalanche de contratações. E a mensagem não fala nada sobre ela. Primeiro reparo então.

Segundo, nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Exce-

lência contabilizou aí os números da dívida em cruzeiros. Não aceito esta transformação, porque nós temos que pagar em dólar e o dólar disparou.

Então, é difícil hoje, de dizer realmente, o Paraná deve hoje, mas há uma dívida potencial crescendo, e isto angustia. Não fosse assim, a situação funcional seria tranqüila. Se reverte-se a dívida em cruzeiros, seria tranqüila.

E para finalizar, o último item em que Vossa Excelência diz que as administrações não podem zerar. Concordo com Vossa Excelência, sob o aspecto contábil. O Estado, como entidade que tem compromisso, não pode. Terminou o Governo de Canet para Ney, Ney para Hosken, Hosken para Richa.

Realmente, contabilmente, não pode zerar. Mas, sob o aspecto político, podemos colocar um zero, porque nos últimos vinte anos, lamentavelmente houve uma continuidade.

Pretende hoje o PMDB zerar politicamente com o Governo José Richa, e começar uma nova fase.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito bem.

Agradeço o aparte, e Vossa Excelência novamente cometeu dois equívocos lamentáveis. É evidente que estou me referindo à Receita Tributária do Estado...

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas o Governo é um complexo de...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu dei o aparte, ouvi pacientemente, agora eu queria concluir meu pensamento, meu pronunciamento. Discurso paralelo não leva a nada. É evidente que me referi à Receita Tributária do Estado. Que Vossa Excelência fala das dívidas das empresas públicas, mas esquece da Receita Industrial, dessas mesmas empresas. Elas têm que ter vida própria, pagar seus próprios investimentos. Que elas tenham a Receita Industrial.

Segundo erro que Vossa Excelência comete, que quer pagar em dólares porque foi...

O Sr. Nilso Sguarezi — Não é que eu quero pagar, nós temos que pagar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência quer que o Estado pague. Desculpe. Foi força de expressão, peço escusas a Vossa Excelência, que quer que o Estado pague em dólares. É evidente que recebeu em dólares, pagará com dólares. Houve uma maxi-desvalorização, a nossa dívida pulou de 30 por cento mais. Mas Vossa Excelência esqueceu um detalhe importante.

Nós sabemos que o Paraná passará a viver dificuldades financeiras em 83, como aliás, já passou em 82. Consequência geral da crise na economia brasileira. Houve maxi-desvalorização? Houve, e Vossa Excelência tem toda razão de dizer que a nossa dívida cresceu 30 por cento. Apenas esqueceu um detalhe que a muitos pode parecer insignificante, mas não a nós que acompanhamos a vida pública deste Estado, por trinta anos.

Em 1979, o Sr. Ney Braga teve a mesma maxi-desvalorização de 30 por cento e nem por isto o Estado faliu, fechou as portas. Nem por isto. Pagou as dívidas deixadas pelo Sr. Jayme Canet Jr., contraiu outras. O Sr. Richa pagará as de Ney Braga e contrairá outras legadas a seu sucessor. Esta é a dinâmica da administração pública. Ou Vossa Excelência já esqueceu da maxi de 1979? Eu achei também outro ponto que Vossa Excelência referiu aí sobre a Mensagem do Governador Hosken de Novaes. Achei interessante também o pronunciamento de Vossa Excelência. No trecho em que pinça parte do pronunciamento do Governador Hosken de Novaes, onde Sua Excelência diz que no seu entender a facilidade que se deu em empréstimos aos municípios do Governo Ney Braga foi um desastre.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma concepção

administrativa pessoal do Sr. Hosken de Novaes. É uma concepção pessoal. Se ele achar a rosa a que se referiu o nobre Deputado Alencar Furtado, horrível, feia, sem perfume, é uma concepção pessoal. Não precisamos pensar como ele pensou.

E isto não está também, absolutamente, enquadrado — este pensamento do Governador que Vossa Excelência pinçou de sua Mensagem — dentro da propagação constante do PMDB; muito ao contrário, visto que este Partido tem se manifestado pela urgente necessidade de uma reforma tributária, onde se contemple com melhores recursos, o município brasileiro.

Ontem, ainda, o nobre Deputado — que aliás, um excelente Deputado, um excelente pronunciamento, e, me perdoe — não gravei o nome, Sua Excelência ainda levantou esta bandeira, uma bandeira que eu também desfraldei muito antes que o PMDB. Aí estão os Anais da Casa para provar, que é o constante enfraquecimento dos municípios, pelo errado sistema tributário nacional.

Ora, visto assim, os fatos, conclui-se que realmente o Paraná passará por dificuldades em 83, como também passou em 82. E eu pergunto: o PMDB disputou eleições para alcançar o Poder, portanto, almejou e obteve, com muito brilhantismo, diga-se de passagem, o seu intento.

Agora, se acha que o objeto da disputa não era aquilo que esperava, que renuncie. Se acha. Vossa Excelência diz que vai receber um Estado falido...

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu não disse isso. Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se pensa em ser incapaz de conduzir a bom rumo as finanças do erário, pegue o boné e vá embora. Porque existem homens competentes para gerenciar a coisa pública a contento, de forma a não haver agravamento da crise.

Sabe qual é a receita? É a mesma de sempre, não tem nenhum segredo: é esforço e muito trabalho.

Concedo aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Muito grato pela oportunidade que Vossa Excelência me concede em apartear um discurso onde, com racionalidade, Vossa Excelência analisa a situação do Governo do qual Vossa Excelência foi Líder, nesta Casa, por quatro anos.

Permito-me lembrar aqui, nobre Deputado Erondy Silvério, alguns episódios da história política do Paraná.

Quando se discutiu nesta Casa o pedido de empréstimo formulado pelo então Governador Jayme Canet Jr., o nobre Deputado Nilso Sguarezi, veementemente, condenou aquele empréstimo pleiteado pelo então Governador, e avalizado pelo Governo Federal, graças à interveniência e intervenção, inclusive do Ministro paranaense, naquela oportunidade, o ex-Governador Ney Braga.

Passaram-se os dias e o Governador Jayme Canet foi executando o seu programa de obras rodoviárias: quatro mil quilômetros foram feitos em quatro anos, graças ao empréstimo internacional e ao apoio, pelo aval do Governo Federal.

Se Sua Excelência o Governador Jayme Canet não tivesse conseguido antecipar a receita, conseguido o empréstimo, sabe quantos anos demoraríamos para fazer uma malha rodoviária de quatro mil quilômetros? 16 anos. E o custo social disto para o pequeno agricultor, e o custo do camioneiro, o custo para o homem do interior, que os homens da Oposição, dizem defender com tanto brilhantismo?

Vossa Excelência deve estar lembrado que quando o Governador Ney Braga encaminhou o pedido de empréstimo internacional, tive a oportunidade de ir à tribuna e rebater um discurso do Deputado Nilso Sguarezi, que também condenava, e naquela época sentava-se ao nosso lado o hoje Vice-Governador

João Elísio Ferraz de Campos, que honra esta Casa com sua presença.

E Sua Excelência puxou palmas do pronunciamento que fiz, defendendo o Governador Jayme Canet Jr., pela execução de seu programa rodoviário e afirmando nesta Casa, que a minha posição em favor da defesa do Governador Jayme Canet neste setor e do empréstimo internacional, significava a garantia do progresso do Estado do Paraná.

E eu até solicito do Presidente desta Casa — se Sua Excelência não concordar, como está eleito Vice-Governador — ele poderia até, se não for verdade isto que estou afirmando, nobre Deputado, para não perder mais o seu tempo, eu gostaria de dizer duas coisas: a avalanche da contratação da Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Nós queremos ver essa avalanche. Foram contratadas duas mil pessoas na Secretária de Saúde, para executar sabe que obras, Sr. Deputado? Que serviço? Exatamente aqueles serviços que as atendentes das unidades sanitárias já estavam executando e que estavam sendo pagas inclusive por Prefeitos do PMDB e o Estado, para tirar uma parte da responsabilidade dos municípios, contratou.

Segundo lugar, se Sua Excelência pretende zelar politicamente o Estado, ele que zele a biografia de José Richa, porque José Richa começou na vida pública, graças a Ney Braga.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Quero dizer ainda, com relação ao endividamento do Estado, que esta Casa aprovou...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me dará oportunidade para responder?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Só um instantinho. por favor.

O Estado não conseguiu realizar ainda um empréstimo de 100 milhões de dólares e está ainda, bastando o Senado da República, onde houver forte oposição do Governador atual e do biônico Afonso Camargo, para que o Senado não aprovasse esse empréstimo, chegou a oportunidade agora de vir esses 100 milhões para o Estado.

Agora, quando eu disse que queria apenas fazer um reparozinho, porque eu prezo muito a bancada do PMDB — sei da sua luta em favor da democracia nesse País e a respeito muito, eu não quis dizer que ela não está...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) O tempo do nobre Deputado está esgotado, e a Mesa lhe concede um minuto para a conclusão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Consultaria ao nobre Líder do PDS, se me concede apenas cinco minutos da Liderança. (Assentimento).

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência tem o tempo destinado à Liderança do Partido Democrático Social.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu não quis, absolutamente, criar uma animosidade. Até que eu respeito muito. Não quis dizer que não haja competência. Apenas repeti aqui e não sei se é verdade, aquilo que afirmou o Presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, meu ex-Companheiro do PDS. Quando ele diz que o PMDB ficou tanto tempo na oposição que vai ter que se reeducar para exercer o poder. Eu quis dizer isso, e ao final acabei cometendo uma indelicadeza. Peço desculpas.

Mas, para terminar — "... vendo os fatos como eles são e como estão sendo apresentados à opinião pública pelo futuro Governador e seu Líder, a nossa conclusão vai mais longe. Denegrindo as administrações anteriores, com fundamentos e afirmações falsas, pretende talvez justificar o não cumprimento das promessas que rolaram fáceis, até irresponsáveis, na campanha eleitoral.

Então mais uma vez ficou patente que criticar é fácil. Realizar é difícil. O PMDB está fazendo oposição ao passado. Desculpem-me, mas está. Prossegue na mesma linha de conduta

com que sempre se manteve nesta Casa. Não está acostumado ainda a ser poder e isto nos é profundamente frustrante, como todos os paranaenses, esperávamos uma realização de planos de governo, de metas de administração, pensávamos poder debater, dar a nossa contribuição, embora modesta, humilde, sob concepções concretas e objetivas do que seja a chamada administração participativa que o PMDB sempre prega.

Ao invés disso, escutamos até agora, tentativas de justificar, não sei o que, com a divulgação de um passado fantasioso. Ouvimos apregoar um futuro de austeridade, como se austeridade fosse plano de governo e não obrigação de todo homem público.

Aliás, desde já esta austeridade não está existindo, no meu entender, porque a justiça no comportamento é um dos pressupostos da austeridade. A justiça no comportamento dos homens públicos, inclusive aqueles que nos sucederam, inclusive a Mesa desta Casa, que distribuiu folhetos dizendo que irá moralizar a Casa. Isso não é austeridade, porque austeridade pressupõe justiça ao analisar a obra do seu antecessor. Aliás, acho que mentindo à opinião pública, tanto quanto invoca empreguismo, quanto pintar a falência das finanças públicas, o futuro governo comete injustiças, comete uma injustiça muito grande. Como líder que fui das administrações anteriores, tanto a Ney Braga quanto a de Hosken de Novaes, venho à tribuna, porque já de uma maneira precisa respondeu a Vossa Excelência, mas eu, como Líder teria que vir, para manifestar o meu protesto, e como contribuição, apelar ao futuro Governador, ao seu Líder, à sua bancada, para que utilize a sua criatividade e elaborar um planejamento de governo, não em criar uma situação pessimista, alarmante, que não leva a nada. É exatamente na hora da crise, que se esperam palavras de ânimo ao trabalhador, não esse derrotismo por antecipação. Que justifica plenamente o que nós dissemos: "Se o casco é para trás, o casco é do diabo".

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Erondy Silvério, vou responder só a parte final do eminente Líder do PDS, quando eu disse que para zerar politicamente o Paraná, José Richa teria que zerar o seu passado. Ele está equivocado. Ele tem que ver sob uma nova ótica.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Essa não foi uma afirmação minha.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas estou respondendo a ele, que falou.

Então, é o seguinte: realmente, em 15 de novembro, houve uma zerada. O Sr. Ney Braga é que teve uma zerada, vai ter que começar nova carreira, porque esta que ele fez politicamente, o povo do Paraná repreendeu. Então, ele vai ter a oportunidade de começar uma carreira nova. O Sr. Ney Braga, não o Sr. José Richa.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço ao nobre Deputado, e era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Cumprimos o nobre Deputado Erondy Silvério, concedendo por cinco minutos a palavra ao nobre Deputado Odeni Mongruel, Vice-Líder da Bancada.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prazeirosamente, ocupo esta tribuna pela primeira vez, observando uma série enorme de coincidências. É meu "debut" nesta tribuna: É o dia 08 de março, consagrado como Dia Internacional da Mulher e eu venho à tribuna para registrar um acontecimento bastante importante ao Estado do Paraná, de um modo geral e em particular, ao Sistema Estadual de Ensino.

Refiro-me e já encaminhei a esta Mesa um requerimento pedindo a manifestação desta Casa a Universidade Estadual de Ponta Grossa, por promover e sediar aqui nesta região o II En-

contro de Universidades Estaduais e Municipais do Brasil.

Vale lembrar que a criação das Universidades Estaduais do Paraná, em 1969, por ato do então Governador Paulo Pimentel, e que tinha como Secretário de Estado da Educação, Cândido Martins de Oliveira, hoje Presidente do Tribunal de Contas, abriu, indiscutivelmente, novos horizontes à educação e à cultura em nosso Estado.

Vale também lembrar que essas universidades a que me refiro: as Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, foram criadas a partir de um sistema de faculdades isoladas pré-existent, e que já àquela época, não satisfaziam mais as exigências da mocidade estudiosa do meu Estado.

Essa iniciativa de criar no Estado do Paraná três universidades oficiais, foi vista, àquele tempo, como muito audaz aos olhos dos incrédulos e dos pessimistas. A realidade de hoje e a garantia da importante contribuição de amanhã, de maneira bem clara e bastante nítida, o perfil conceitual das nossas instituições do ensino superior.

Ressalte-se também que os Governos que se sucederam àquela data até o presente momento, tudo fizeram para dar cumprimento à lei e para oferecer os recursos orçamentários necessários para que estas instituições se desenvolvessem dentro de padrões de racionalidade desejáveis e dentro de um teor científico-educacional de grande destaque.

Este Governo que o Estado do Paraná tanto fez em favor da educação de seus jovens, foi, de certa forma, atendido em determinadas oportunidades espasmódicas pelo Governo da União. Mas no momento em que a Bancada do PDS, em Brasília, num rol de reivindicações, apela ao Governo Federal para que dispense um tratamento melhor às universidades deste Estado, nos associamos e, como certeza, os companheiros de ambas as bancadas, no sentido de que seja agora o Paraná, mais do que nunca, satisfatoriamente assistido nestas reivindicações.

É bom que se diga que o esforço que o Governo do Estado do Paraná desenvolveu em favor destas universidades não é egoísta e não se esgota em benefícios apenas à mocidade paranaense, mas que reflui, que transfere-se às demais unidades federativas, levando o embasamento cultural e científico na formação da mocidade brasileira, de modo geral.

A verdade é que a expressão e a importância das universidades estaduais do Paraná são indiscutíveis. O regular funcionamento de universidade própria, mantido pelo Estado, conforme esboça o artigo 15, da Lei 4024/61, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conferiu ao Estado do Paraná, Edison Machado de Souza, em 1981, acolhendo manifestação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que invocava ao sistema estadual de ensino aos direitos, as vantagens e as prerrogativas estabelecidas nas Leis de Diretrizes e Bases, para estes Estados, que como o Paraná há mais de cinco anos mantinha em funcionamento regular as suas universidades próprias, fez com que o Conselho Federal de Educação, na manifestação do eminente Conselheiro daquela época, Esther Figueiredo Ferraz, hoje Ministra da Educação deste País, promulgasse o Parecer número 826/81, que foi homologado no dia 08 de fevereiro de 82, por decreto ministerial, através do qual estas prerrogativas acima referidas foram estendidas ao nosso Estado.

Adquiriu com isto, o Conselho Estadual de Educação, órgão colegiado responsável pela elaboração de leis, pelo estabelecimento de normas, dentro do sistema estadual de ensino, as condições estabelecidas e que foram acenadas, ao longo de vinte e um anos, tempo este da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Estas prerrogativas — é bom que se saliente aqui — em que o sistema estadual de ensino adquiriu para si, de reconhecer as suas faculdades, de reconhecer as suas escolas de nível superior, de se manifestar em favor do reconhecimento de cursos e até mesmo de autorização de universidades estaduais e muni-

cipais, veio como uma conquista inédita ao longo deste período, porque os Conselhos que estão no mesmo nível de competência, são eles, Conselho Estadual do Rio de Janeiro e Conselho Estadual de São Paulo, ambos contemplados no bojo da própria Lei 4024/61; e o Conselho Federal de Educação, colegiado maior do ensino neste País, e que representa a União e que tem como atribuições que o constituíram, legislar sobre a educação nacional como um todo.

É verdade que esta conquista do Paraná, através do seu sistema de ensino, coloca-nos como terceiro Estado que adquire esta competência. E temos absoluta convicção que essas condições não foram gratuitas.

Se o Paraná ganhou essa posição, deve-se, acima de tudo, às atenções dos últimos governos, em favor das causas da educação, de primeiro e de segundo graus. De nível superior, de ensino regular, de ensino supletivo e de ensino profissionalizante.

Quero, neste momento, destacar a importância do II Encontro Nacional de Reitores, universidades estaduais e municipais deste País e que vêm ao Paraná trazendo-nos não só uma oportunidade histórica, um conteúdo de grande profundidade, não só nos proporcionando o relacionamento com eminentes autoridades educacionais deste País, mas com absoluta convicção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dá a demonstração inequívoca, da imagem e do conceito do que é o Sistema Estadual de Ensino Superior deste Estado e que já tem, pelo seu passado tão rico e pelas esperanças que todos nós, homens da educação ou não, alimentamos, na continuidade desse tipo de trabalho em favor das mocidades futuras, a certeza que aqui virão esses companheiros e levarão do nosso Estado as mais ricas manifestações de apreço e consideração.

É com este estado de espírito e com este entusiasmo que fiz endereçar à Mesa a manifestação da Casa, em favor do destaque tão necessário e tão indispensável, para a recomposição do entusiasmo, para o refazimento de energias, a fim de que, aqueles homens que militam na educação do Estado, interiorizados em vinte e cinco municípios, também, neste Encontro, a certeza de que o Paraná vem fazendo muito em favor da Educação Nacional.

É com este estado de espírito que peço aos meus nobres Pares que acolham este requerimento que endereço, no sentido de que possamos, no dia de amanhã, levar a Ponta Grossa a manifestação de reconhecimento desta Casa ao II Encontro Nacional de Universidades Estaduais e Municipais, que se estenderá do dia 10 ao dia 12 do corrente.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso da palavra nos quinze minutos restantes.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer dois apelos à Comissão Executiva desta Casa. Um, que se refere à Mensagem encaminhada pelo Governador José Hosken de Novaes, com vistas ao estabelecimento de novas condições para o funcionalismo inativo do Estado, para que o Presidente e o Primeiro Secretário desta Casa, diligenciem no sentido de que esta Mensagem seja, se ainda não o foi, autuada, com a rapidez oportuna, para que possamos dar ao funcionalismo aposentado do Paraná, melhores condições de salários.

Ressalto aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ainda ao final do período legislativo passado, a bancada do PDS teve

a oportunidade de apresentar emenda ao projeto de aumento do funcionalismo, visando estabelecer estas condições tão ansiadas por essa classe que dedicou sua vida à causa pública.

Ainda recentemente, o Presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, registrou em nota à imprensa, a satisfação da classe dos funcionários públicos do Estado do Paraná, com a mensagem governamental e fez referência às emendas então apresentadas em dezembro passado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que determine o envio ao Excelentíssimo Governador do Estado, da denúncia hoje formulada pelo Deputado Alencar Furtado, para que Sua Excelência, através de processo administrativo próprio, investigue a veracidade das acusações.

Nossa bancada nesta Casa está disposta a emprestar todo o seu apoio para investigar quaisquer fatos que nos cheguem ao conhecimento.

Solicito portanto a Vossa Excelência, que como Presidente do Poder fiscalizatório deste Estado, determine a transcrição da taquigrafia da denúncia formulada pelo Deputado Alencar Furtado e encaminhe oficialmente, como Presidente desta Casa, ao Governador, para que as medidas necessárias em que faço apelo ao Deputado Alencar Furtado para que me forneça os dados para que eu possa ainda hoje, em contato verbal com o Sr. Governador do Estado, solicitar as providências que o caso requer.

Já o Deputado Toguio Setogutte, registrou em nome da nossa bancada...

O Sr. Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Líder do PDS, gostaria de fornecer e talvez até colaborar na formulação desta sua solicitação ao Sr. Governador do Estado, talvez, solicitando a ele e o Sr. Oscar Ferreira, Diretor Administrativo da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, nos informasse onde se encontravam hoje os funcionários Eli Odeni Lopes, Paulino Severino, João de Paula Lima, José Orlando Alves Ribeiro e Roberto Paschoal.

Na certeza de que Vossa Excelência, como eu, desejamos que a administração pública seja exercida com lisura e com decência, obrigação primeira de todo homem público.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço a Vossa Excelência e após concluir o discurso pegarei os nomes com Vossa Excelência e encaminharei e solicito que o Presidente desta Casa o faça oficialmente.

Já o Deputado Toguio Setogutte, registrou também em nome da nossa bancada, a passagem hoje do "Dia da Mulher"

Pretendemos também, ainda que rapidamente, homenagear as mulheres deste País, entendendo que a melhor homenagem que se possa prestar é homenageando-as neste dia, dizer que os outros 300 e poucos dias do ano devem ser também os dias das mulheres brasileiras.

Se é verdade que a situação da mulher melhorou nestes últimos anos e se nós considerarmos, por exemplo, dois dados, a força de trabalho que duplicou dos anos 76 até agora, de seis milhões para doze milhões de trabalhadoras. Se considerarmos que a mulher passou a frequentar a universidade, se considerarmos que nos últimos cinco anos a presença feminina nas escolas de nível superior elevou-se de cem mil para quinhentas mil mulheres nas universidades, vamos verificar que realmente um avanço foi feito neste País, neste setor, a par de termos outros dados que comprovam ainda a situação de inferioridade da mulher trabalhadora, especialmente porque sabemos que a mulher no Brasil ainda ganha 40 por cento a menos do homem. A homenagem do PDS, que lido nesta Casa, é à mulher brava e valorosa, do Paraná e do Brasil, na certeza de que todos os outros dias do ano devem ser os dias do trabalho, para melhorar a condição de vida da mulher brasileira.

Quero registrar, Sr. Presidente, ainda, nesta oportunidade,

o amplamente noticiado Encontro da Bancada Federal Paranaense com o ilustre Presidete da República, onde se notou uma notável e elogiável posição paranista, quando os representantes de nosso Estado, além de hipotecarem solidariedade ao Supremo Mandatário do País, manifestaram, igualmente, a preocupação que deve ser a de todos nós, pelos graves problemas de ordem econômica, conhecidos pela Nação e salientando a disposição de uma colaboração para amenizar a atual situação.

Mais adiante, nossos representantes fizeram importantes solicitações, tais como a dinamização do programa do álcool o pagamento de "royalties" sobre a energia gerada no Estado, principalmente por ITAIPU, e uma maior participação de nossa parte nos estudos de revisão da política no estímulo do setor florestal.

Enumeraram também, diversas estradas em projeto, inacabadas, ou em péssimo estado de conservação, em especial, fazendo menção ao nosso sonho, ao sonho do Paraná, da Ferrovia da Soja e à restauração da Rodovia BR-277.

Cabe aqui mencionar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tais proposições coincidem com as teses que, seguidamente, o prestigioso jornal "A Gazeta do Povo" tem alinhado em ponderados artigos, desfraldando bandeiras das mais altas significativas, sob a liderança do jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho.

A atitude dos Deputados Federais do PDS, e as propostas do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, se encontram na mesma grande destinação de buscar o progresso de nosso Estado e o bem estar da nossa gente.

São atitudes construtivas que merecem o devido destaque, motivo pelo qual, ao fazer tal registro, para que ele conste dos Anais desta Casa, me parabeno com a classe política, que está preocupada em construir um futuro melhor para nossa gente, e com o prestigioso jornal paranaense, em nome da Bancada do PDS, com assento nesta Assembléia Legislativa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, atendendo a solicitação do ilustre Líder do PDS, Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tem a informar que o projeto, sobre a Mensagem que trata dos funcionários inativos, que é a Mensagem 28/83, que originou o Projeto de Lei 05/83, foi autuado no dia 4/3/83.

Com respeito à solicitação que Vossa Excelência faz a esta Presidência, com respeito à remessa nas cópias taquigráficas do pronunciamento do Deputado Osvaldo de Alencar Furtado, esta Presidência quer esclarecer a Vossa Excelência que não poderá fazê-lo de ofício. No entanto, se assim o desejar, Vossa Excelência poderá fazer um requerimento por escrito, baseado no Artigo 134, § 4.º, inciso 7.º, do nosso Regimento Interno, e aproveita ainda mais a oportunidade para solicitar de Vossa Excelência a designação dos Membros do seu Partido que irão compor as comissões técnicas, desta Casa, para que possamos dar andamento a estas matérias que já estão autuadas na Casa e que estão carecendo dos pareceres das comissões técnicas.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Agradeço a presteza das informações de Vossa Excelência, que não foi a mesma que encontrei no Serviço de Protocolo desta Casa e por isto coloquei no condicional a autuação ou não da Mensagem de Sua Excelência o Sr. Governador.

Requererei a Vossa Excelência por escrito o envio da denúncia do Deputado Alencar Furtado, como igualmente solicitarei à Assembléia que aprove, em regime de urgência, para a Mensagem dos Aposentados, da mesma forma que providenciarei ainda amanhã, o encaminhamento dos nomes dos componentes do PDS que comporão as respectivas Comissões Técnicas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência agra-

dece a Vossa Excelência.

No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo, por dez minutos, a palavra à Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SR.^a AMÉLIA HRUSCHKA — (Lê): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estimados companheiros e amigas aqui presentes, Dr. João Elísio, Vice-Governador deste Estado.

Que a nossa participação na tribuna do Poder Legislativo seja, desde a primeira vez, a participação consciente, realista, dinâmica e entusiasta de quem, como representante do povo paranaense, aqui veio para ajudar a construir uma sociedade humana, igualitária, mais pacífica, mais justa, mais equilibrada, mais cristã e com mais amor ao nosso semelhante.

Que o nosso espírito esteja sempre desprovido de rancores, de dissensões. Que o nosso ideal de servir ao povo que nos escolheu, sobrepuje as diferenças, supere as intransigências, favoreça o diálogo, para que o consenso maior vise prioritariamente a defesa dos interesses e do bem estar do povo do Paraná.

Somos Parlamentares de um tempo novo no Paraná, como somos responsáveis pela construção de um novo Paraná, onde as esperanças de um povo sofrido recaem em nossos ombros, aguardando soluções imediatas, eficientes e sábias, objetivando melhores dias para a nossa gente.

O tempo em que vivemos é de debate dos grandes e graves problemas nacionais, bem como de debate da maior crise mundial num contexto onde o Brasil se insere em circunstâncias das mais difíceis.

Entre tantos e tão graves problemas, universalmente conhecidos, está também o debate da situação da mulher, sua identidade, sua participação, seus direitos e seus deveres.

No "Dia Internacional da Mulher", é preciso avaliar seu real valor, mesurar o significado de sua participação, criar condições para a sua efetiva integração na sociedade brasileira.

O papel exercido pela mulher, na sua amplitude, é dos mais importantes e significativos, pois além de fonte imanente de vida, como mãe, esposa e companheira do homem em sua luta, educadora das gerações que surgem, economista inigualável, exerce hoje a mulher, múltiplos papéis de atuação em todos os níveis de vida, em diversos setores de atividades econômicas, sociais e políticas.

A participação da mulher, como ser humano, não tem como finalidade destituir ou agredir o homem. Ao contrário, a participação da mulher em conjunto com o homem, prescinde das diferenças individuais essenciais e inerentes a cada um, e visa, numa ação harmoniosa, a construção de uma sociedade mais justa, onde ela tenha reconhecidos os direitos de agir efetivamente, colaborando na edificação de uma sociedade nova, sem discriminações, onde todos sejam realmente iguais perante a lei, responsáveis por seus deveres e titulares de seus direitos.

No mundo atual, paulatinamente, rompem-se as barreiras que cercaram por séculos a ação da mulher. Grandes movimentos criaram as condições em que se encontra a mulher a vida atual. Muito já se fez pela mulher, mas muito há que se fazer para que ela chegue ao "status" que, pela dignidade da pessoa humana, tenha reconhecidos os seus valores, sua capacidade, suas potencialidades, seus ideais, seus direitos de criação, também à imagem e semelhança do Criador.

A comemoração do "Dia Internacional da Mulher" tem validade exatamente para chamar a atenção de todos para a importância da mulher, a fim de evitar a sua maginalização do processo dinâmico da vida humana, a fim de esclarecer a todos os homens e mulheres para que se respeitem como pessoas humanas e seres semelhantes; a fim de valorizar a condição da mulher: mãe, esposa, cidadã, profissional, participe ativa de toda a obra de construção de uma sociedade; a fim de demonstrar

que a mulher e o homem são imprescindíveis um ao outro; a fim de, também, despertar a própria mulher para a sua dignidade, a sua participação e a sua luta.

À mulher abrem-se novos caminhos e novos horizontes. Cabe a ela mostrar eficiência, capacidade de atuação, criatividade, para impor-se, não ao homem, numa disputa sem sentido, mas para impor-se como ser humano capaz de colaborar, em todas as áreas, para o progresso e desenvolvimento social, econômico e político.

À mulher, alguns direitos não são ainda reconhecidos. Cabe a ela lutar por eles, sem abrir mão de nenhum deles.

Há algumas aberrações que se praticam contra a mulher, e nós, mulher do interior do Paraná, ressaltamos uma que nos preocupa sobremaneira; a mulher do agricultor, do colono, do parceiro agrícola, a qual não tem direito à aposentadoria, apesar de trabalhar na lavoura, restando-lhe somente o direito à pensão minguada pela morte do marido.

Tal situação é uma injustiça, daí termos no dia de ontem apresentado a esta Casa requerimento onde solicitamos medidas saneadoras para o problema, o qual foi aprovado por Vossas Excelências.

Queremos, nesta Casa, ser uma porta-voz da mulher no Paraná, na defesa de seus legítimos interesses, assim como queremos com todos os Deputados, contribuir na defesa dos interesses do homem deste Estado".

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Nobre Deputada Amélia.

Vossa Excelência, nesta oportunidade, de maneira brilhante, vem aqui estereotipar a luta da mulher paranaense. Vem aqui dizer de que efetivamente, não só no Dia da Mulher, mas que, diuturnamente, na luta deste Estado, a mulher sempre esteve presente.

Em nome de seus colegas de Bancada, em nome da Liderança de nosso Partido, queremos apresentar a Vossa Excelência, que representa condignamente a nossa mulher, não só os votos efusivos de cumprimentos pela oportunidade, pela passagem do "Dia Internacional da Mulher", mas queremos cumprimentar Vossa Excelência pela contribuição efetiva que traz e que temos certeza trará nesta Casa e a certeza de que todas as iniciativas, como esta que Vossa Excelência apresenta aqui hoje, terão incondicionalmente o nosso apoio.

E mais, pode contar Vossa Excelência com a colaboração e com o respeito, com a simpatia de seus colegas para que, efetivamente, a mulher aqui não só tenha voz, mas também tenha vez.

Muito obrigado.

A SR.^a AMÉLIA HRUSCHKA — "Nada há de separar o homem da mulher. Tudo há de nos unir no sentido de, em conjunto, trabalharmos muito pelo nosso semelhante, seja homem ou mulher, especialmente os mais humildes e desassistidos.

Com os homens, lutaremos por um ideal de paz e de fraternidade, contra qualquer forma de violência e opressão.

A nós, mulheres, que geramos o homem, cabe a missão de despertar a sua consciência para a própria preservação humana, contra a guerra, contra a violência, contra qualquer forma de opressão, contra a exploração do homem pelo homem.

Como representante do povo paranaense que somos, cabe-nos a responsabilidade na vida pública, de salvaguardar não os direitos feministas, mas os direitos humanos que são inalienáveis, direitos esses de uma vida digna, calcada na liberdade de expressão e pensamento, na justiça social, na igualdade de todos perante a lei e na igualdade de oportunidades".

O Sr. Anibal Khury — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento) Quando Vossa Excelência, nobre Deputada no dia consagrado à mulher, faz a saudação em nome da nossa bancada, quero lembrar a heroína de dois continentes, a brasi-

leira e catarinense Anita Garibaldi, símbolo da mulher brasileira. E quando Vossa Excelência fala na mãe, quero repetir aqui um verso de um autor desconhecido, em homenagem às mulheres de todo o mundo: "Eu vi minha mãe rezando, aos pés da Virgem Maria. Era uma santa escutando, o que a outra santa dizia".

Obrigado. **(Palmas)**.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento) Deputada Amélia Hruschka, a satisfação de tê-la nesta tarde, usando a tribuna para falar no Dia da Mulher, é para nós uma satisfação muito grande.

Lembrando que participamos e colaboramos na CPI da Mulher, em 77, no Congresso Nacional, e naquela ocasião diversas autoridades do País e também de outros países, foram convidadas a participar daquela CPI. Extraído dali dois volumes, em que faço aqui na página 734, lembrar a Dona Romi Medeiros da Fonseca, quando ela citou o pensamento do Papa João XXIII. Diz o seguinte:

"Na mulher faz-se cada vez mais clara e operante a consciência da própria dignidade. Ela sabe que não pode consentir sem ser considerada instrumento. Exige ser considerada como pessoa, em igualdade de direitos e obrigações com o homem, tanto no âmbito da vida doméstica como da vida pública".

Obrigado.

A SR.^a AMÉLIA HRUSCHKA — Sou eu quem agradece, nobre Colega.

(Lendo): "A mulher brasileira luta hoje por funções e salários iguais, igualdade de oportunidades, acesso ao mercado de trabalho, ascensão e aprimoramento profissional, contra os protecionismos. Tais bandeiras e outras como a aposentadoria da mulher do agricultor aos 60 anos, são parte da conscientização e da valorização da mulher que defenderemos em nossa caminhada.

Temos um papel definido na atual sociedade brasileira, qual seja o de transformar esta mesma sociedade em uma sociedade justa e igual, fazendo com que todos, homens e mulheres, possamos deixar aos nossos filhos e aos nossos semelhantes, condições e oportunidades, para que impere a justiça social necessária à sua sobrevivência.

O lema da Campanha da Fraternidade: "Fraternidade, sim. Violência, não", é um clamor que infunde perfeitamente nesta causa que todos abraçamos, homens e mulheres, numa árdua luta em prol de união nacional, de conscientização de nossas dificuldades, de solidariedade em superar os problemas que enfrentamos, para, todos juntos, construirmos um Paraná e um Brasil que nos dignifiquem para a posteridade.

Da fonte inesgotável de energias da mulher, jorrará a força para a reconstrução nacional tão esperada por nosso povo e nossa gente".

Obrigada. **(Palmas do Plenário e das galerias)**.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Apenas para registrar em nome de

nosso Partido, a satisfação em tê-la como Deputada Estadual e registrar também, que Vossa Excelência, ao lado de sua companheira de bancada, Deputada Irondi Pugliesi, vêm depois de um largo espaço de tempo, trazer novamente a presença feminina a Assembléia Legislativa. Temos certeza que contaremos, nos nossos trabalhos, com a presença quase que iluminada das mulheres, com a presença feminina, tão importante nas nossas vidas pessoais, particulares, e temos a certeza que, graças à sua atuação, graças ao descortínio tão próprio da mulher, haveremos de ver este Estado mais engrandecido no Parlamento com a presença feminina. Era o aparte e a satisfação da nossa Bancada.

A SR.^a AMÉLIA HRUSCHKA — Obrigada.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Ao término da sua oração, desejaria além de parabenizá-la pela sua postura maravilhosa nesta tribuna e pela sua oração bem colocada, neste dia em que a humanidade homenageia a parceira do homem, registrar a luta da mulher na sua evolução histórica e sociológica, para poder atingir o estágio em que hoje se encontra.

Muito foi o sofrimento, muitas foram as dores, muitas as injustiças, porque vocês passaram.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas comunica a ilustre oradora, que está encerrando o seu tempo.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Só para concluir, Sr. Presidente.

Então, neste final, eu desejo também na sua pessoa, homenagear também as nossas colegas de trabalho, desta Assembléia Legislativa, que hoje, no "Dia da Mulher", estão aqui, trabalhando para colaborar com o bom andamento dos trabalhos desta Casa. Era o aparte.

O SRA. AMÉLIA HRUSCHKA — Obrigada. — (Palmas e cumprimentos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário ainda destinado à Liderança do PMDB; concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana. (Lê):

"Em nome do Sudoeste e com o apoio majoritário de sua fronteira, para representar a região e o Paraná, chego a esta Casa conduzido pela confiança de aproximadamente 31 mil eleitores.

Troco as improvisadas tribunas do interior, constituídas por escadarias e salões, clubes e igrejas, pela imponência desta Casa. Troco a assistência de homens desprotegidos e sacrificados, pela honrosa presença de legisladores deste Estado. Troco o cenário de grandes extensões de terras agricultáveis pela estrutura fria e insensível das edificações urbanas. Se tudo muda externamente, não trocarei no entanto as bandeiras de luta que nortearam meus passos e os compromissos assumidos com aqueles que me conduziram a esta Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Toda nossa luta foi inspirada pelo conhecimento da penosa realidade de nossa gente. Todo nosso passado comprova participação constante nos embates pela justiça social, pela igualdade de oportunidades e pela defesa dos direitos do cidadão. Não achamos que essa luta tenha terminado pela conquista do Governo deste e de outros Estados. Não. A luta apenas principia, motivo pelo qual não declino da situação de oposicionista, pois enquanto não se fizer cumprir a Constituição, respeitando os direitos mais elementares da pessoa humana, enquanto uma maioria esmagadora de brasileiros contribuir com a sua miséria para aumentar a riqueza de uma minoria abastada, enquanto escolas forem privilégios de ricos, saúde for luxo de pobre e comida elemento supérfluo para a mesa dos trabalhadores, não há porque pensar que a luta esteja finda.

Continuaremos portanto desta tribuna a defender os nossos princípios.

Temos consciência de ter um mandato que pertence ao partido, mas sabemos também que este partido tem uma doutrina que inspirou a credibilidade de 1.715.842 paranaenses, que esperançosos aguardam posicionamentos dignos e corajosos. Ante qualquer desvio desta doutrina e a defesa dos legítimos interesses de nossa gente, não hesitarei em optar por estes que marginalizados esperam que se restaure a dignidade de existir.

Como participante da Bancada Situacionista no plano estadual, não defenderei o Governo pela subserviência e sim pela assertiva das medidas adotadas, e no plano federal não tecerei a crítica pelo prazer de criticar mas pelo dever da denúncia, já que a insensibilidade do regime autoritário e concentrador, não houve os clamores da rua, da casa, da escola, da igreja, dos sindicatos, enfim da sociedade organizada.

Venho a esta Casa na esperança de poder representar milhares de paranaenses que não têm voz e por isso mesmo, não

têm vez, mas que relegados à dura condição de marginalizados dos mecanismos decisórios, são os que produzem com o seu trabalho, nem sempre valorizado, as riquezas que esta Nação tanto necessita e tão mal administra. Venho em nome dos paranaenses da fronteira sudoeste, que impedidos de eleger os seus prefeitos, sofrem os desmandos de interventores politiquieiros, mais preocupados em agradar seus chefes políticos e menos interessados em resolver os problemas de suas comunidades.

Venho, para em nome dos agricultores, protestar contra uma política agrícola que dizem ser prioritária, mas que de prioridade só tem o rótulo pois é geradora da falência dos que produzem e da abstância dos que exploram.

Venho em nome dos estudantes prejudicados, dos doentes desassistidos, dos sindicatos amordaçados, do comércio descapitalizado, da pequena indústria nacional falida, dos liberais de salas vazias, mas, acima de tudo, em nome de meus patrícios, que embora residindo vizinhos da miséria, ainda acreditam ser possível juntar os cacos de um modelo que implodiu, e das cinzas de uma realidade carbonizada, reconstruir com fé e coragem uma pátria mais justa, mais humana e mais cristã!

O momento político exige desprendimento e coragem. Desprendimento para renunciar da condição de maioria ou minoria; coragem para olhar de frente os problemas que afligem a nação inteira e exigem soluções.

UMA PROPOSTA DE TRÉGUA POLÍTICA é válida para o momento difícil em que vivemos. Contudo, os propósitos desta unidade devem representar o desejo de mudanças de rumos, da punição dos corruptos e do alinhamento de propostas sérias e concretas. Não nos parece que se possa pedir aos partidos e à Nação o desarmamento de espíritos, enquanto casos como a CAPEMI, o CASO BAUNGARTEN, O ESTOURO DA DELFIM, O RELATÓRIO SARAIVA, A MAXIDESVALORIZAÇÃO, A INGERÊNCIA DO FMI e outros tantos escândalos forem acobertados pelos homens do poder central e até mesmo defendidos pelo Sistema.

Não nos parece que se tenha autoridade para pedir aos trabalhadores da Nação que aceitem a política salarial, enquanto somas fantásticas de dinheiro que não temos, forem gastas em obras sutuosas, desnecessárias no tempo e ociosas na prática. Isso não seria uma trégua política e sim uma omissão imperdoável.

Urge uma cruzada nacional, mas que seja em favor dos brasileiros e pela liberdade e independência política, social e econômica da Pátria. Nesta sim, me inscreverei como voluntário na certeza de estar cumprindo com os deveres da minha geração.

Quero reafirmar aos meus companheiros de bancada a disposição de solidariedade nas causas inspiradas nos propósitos e programa do partido e quero da mesma forma penhorar aos colegas do PDS o desejo de convivência harmoniosa, de diálogo aberto na busca de soluções práticas para a equação das divergências, e a certeza de um colega que mesmo discordando procurará manter a ética parlamentar e o respeito pelas opiniões contrárias.

Deus nos permita que possamos usar o nosso mandato como instrumento de um trabalho sério, livre e descomprometido com interesses que não sejam os do povo, do Estado e da Nação, para que possamos no final prestar contas de nossos atos e permitir aos nossos eleitores, analisando o nosso comportamento, sentirem que não foram traídos e dizerem: valeu a pena.

Auguro que no final desta Legislatura, a Pátria seja mais livre, o povo mais feliz e o político mais respeitado.

Quero dedicar este meu primeiro pronunciamento ao grande Líder nacional TEOTÔNIO VILELLA, que tem nos provado em sua peregrinação, que em política, viver não é somente saúde física, mas sim espírito saudável, somado a uma grande dose de idealismo e amor à causa pública."

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, em princípio, queria congratular-me com o seu brilhante pronunciamento principalmente, ideológico e nós como representantes de um povo marginalizado mais do que outros do Estado do Paraná e do Brasil que não têm o direito de escolher seus prefeitos, temos muito que fazer nesta Casa em prol destas comunidades.

Congratulo-me com vosso pronunciamento e estaremos de braços dados na luta pela reconquista da autonomia dos municípios que hoje se encontram na famigerada Área de Segurança Nacional onde o povo tem o seu direito pela metade, onde o povo não tem o direito de eleger o seu Líder maior, ou seja o Prefeito Municipal.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento e estamos juntos nesta caminhada.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Muito obrigado pelo seu aparte Deputado Sérgio Spada.

(Continua lendo) “Eu dizia que veio em nome dos estudantes prejudicados, dos doentes desassistidos, dos sindicatos amordaçados do comércio descapitalizado, da pequena indústria nacional falida, dos liberais de sala vazia, mas, acima de tudo, em nome de meus patrícios, que embora residindo vizinhos da miséria, ainda acreditam ser possível juntar os casos de um modelo que implodiu e das cinzas de uma realidade carbonizada, reconstruir com fé e coragem uma Pátria mais justa, mais humana e mais cristã. O momento político exige despreendimento e coragem. Despreendimento para renunciar da condição de maioria ou minoria, coragem para olhar de frente os problemas que afligem a Nação inteira e exigem soluções. Uma proposta de trégua política é válida para o momento difícil em que vivemos. Contudo os propósitos desta unidade devem representar desejos de mudanças de rumos da punição dos corruptos e do alinhamento de propostas sérias e concretas. Não nos parece que se possa pedir aos Partidos e à Nação o desarmamento de espíritos, enquanto casos como a CAPEMI, o caso Baungarten, o estouro da Delfim, o relatório Saraiva, a maxidesvalorização, a ingerência do FMI e de outros tantos escândalos forem acobertados pelo homem do poder central e até mesmo defendidos pelo sistema. Não nos parece que se tenha autoridade para pedir aos trabalhadores da Nação que aceitem a política salarial, enquanto somas fantásticas de dinheiros que não temos, forem gastas em obras suntuosas, desnecessárias no tempo e ociosas na prática. Isso não seria uma trégua política, e sim uma omissão imperdoável. Urge uma cruzada nacional. Mas que seja em favor dos brasileiros e pela liberdade, independência política, social e econômica da Pátria. Nesta sim me inscreverei como voluntário, na certeza de estar cumprindo com os deveres da minha geração. Quero reafirmar aos meus companheiros de bancada a disposição de solidariedade nas causas inspiradas nos propósitos e programa do partido. E quero, da mesma forma, penhorar aos meus colegas do PDS o desejo de convivência harmoniosa, de diálogo aberto na busca de soluções práticas para a equação das divergências e a certeza de um colega, que mesmo discordando, procurará manter a ética parlamentar e o respeito pelas opiniões contrárias.

Deus nos permita, que possamos usar o nosso mandato como instrumento de um trabalho sério, livre e descomprometido com interesses que não sejam os do povo, do Estado e da Nação, para que possamos no final prestar contas de nossos atos, e permitir aos nossos eleitores analisando o nosso comportamento, sentirem que não foram traídos.

Auguro, que ao final desta Legislatura, a Pátria seja mais livre, o povo mais feliz e o político mais respeitado.”

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência a seguir me concede um aparte?

Vossa Excelência me concedeu o aparte, Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA — Pois, não.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado.

Concordo com Vossa Excelência no problema que concerne ao Governo Federal. Agora não concordo quando vem Vossa Excelência no problema estadual, porque daqui quantas e quantas vezes criticamos o Governo Central. Quantas e quantas vezes, sem nos humilhar, dissemos ao povo que a política financeira do Governo estava errada. Agora Vossa Excelência peça para Deus, que o seu Governador, Dr. José Richa, tenha a felicidade de conduzir o Paraná para os destinos que ele merece, por que nós estaremos aqui, não na Oposição sistêmica, mas numa posição vigilante.

Os homens que perderam as eleições, os homens que tiveram ao lado de Ney Braga, ao lado de Jaime Canet Júnior, porque estes homens queriam o bem do Paraná; Canet Júnior, desta tribuna, foi muitas vezes criticado, Deputado, e estivemos aqui sempre a seu lado. Ney Braga está sendo criticado hoje, e nós estamos ao lado de Ney Braga, porque covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta. E nós estaremos, Deputado, ao lado de Vossa Excelência quando Vossa Excelência faz o discurso que nós devemos homenagear. Sem falsa modéstia, sem falso messianismo e sem a bajulação, estaremos numa fronteira diferente, mas queremos que Deus nos abençoe, que aquele Cristo nos ilumine, para que o seu Governador faça algo pelo Paraná, o que fez Canet Júnior e o que fez Ney Braga.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu queria reiterar ao Deputado

Gabriel Manoel, as posições defendidas nesses pronunciamento inicial, dizendo que o nobre Deputado haverá de sentir no decurso da nossa atuação, o desejo da grande maioria da nossa bancada, de contribuirmos, sim, com o Governo José Richa que se instalará, no Paraná, no dia 15 deste mês, mas de cobrar-mos, também, deste Governo, os erros que cometer, porque temos a consciência de estarmos, nesta Casa, não para defender, para representar, para estarmos aqui, na defesa intransigente do Governo, mas, principalmente, estamos aqui com o voto dos paranaenses, para defender seus interesses.

Eu não distingo a bancada, companheiro.

Eu acredito que a Bancada do PDS, também esteja aqui com este objetivo.

Quero associar-me, finalizando, às congratulações feitas, nesta Casa, no dia de hoje, para as mulheres no Dia Internacional da Mulher, e quero que este meu primeiro pronunciamento seja uma homenagem ao grande Líder Nacional, Teotônio Vilella, que nos tem provado, em sua peregrinação, que, em política, viver não é somente saúde física, mas, sim, espírito saudável, somado a uma grande dose de idealismo e de amor à causa pública.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Quero congratular-me com o Deputado Caíto Quintana, pela clareza com que ele colocou a nossa posição, Bancada do PMDB, nesta Assembléia. Nós somos, aqui, a Bancada do Governo do Paraná. Mas, somos uma bancada claramente de oposição ao regime, ao regime da compressão salarial, ao regime do escândalo Delfim, tão bem representado, nesta Casa, pela Bancada do PDS. E temos algumas cobranças para fazer a esse regime. Nós temos a fazer a cobrança pelos dois milhões e oitocentos mil paranaenses que abandonaram o nosso Estado, nos últimos dez anos, por falta de terra e de trabalho; temos que fazer a cobrança pelos 147 municípios que perderam população; temos que fazer a cobrança pelas 180 mil pequenas e médias propriedades que desapareceram por falta de apoio, de garantia de preço mínimo.

Nós, aqui, nesta Assembléia, somos oposição ao Governo Federal e ao regime. Eventualmente, somos uma bancada só, no momento em que o PDS se dispuser a valorizar o Legislativo, a valorizar o processo democrático de abertura, que só subsiste com um Legislativo forte e valorizado.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte do Deputado Roberto Requião, que enriquece o meu pronunciamento. Pela ordem, concedo aparte ao companheiro Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado Caíto Quintana, a presença de Vossa Excelência nesta Assembléia vem suprir uma lacuna da representação parlamentar no Estado do Paraná.

A faixa de fronteira nitidamente Sudoeste não tinha, até o momento, um representante. E feliz foi a escolha daquelas comunidades paranaenses, ao mandarem para esta Assembléia um homem da envergadura, da estirpe e do preparo de Vossa Excelência. Tenha certeza de que, hoje, o Paraná, com a presença de Vossa Excelência, com tão brilhantismo, talvez desconhecido pela maioria dos integrantes desta Casa, mas sobejamente conhecido por nós, que pelemos juntos já em campanhas políticas, receba Vossa Excelência a homenagem da Liderança da nossa Bancada, e a certeza de que Vossa Excelência terá, no curso dos acontecimentos, e no futuro político do Paraná, uma posição de destaque e uma grande missão a cumprir. Tenho fé que Vossa Excelência se sairá airoso deste.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Caíto Quintana, queremos também parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento. E aproveitar esta oportunidade, este dia em que nós homenageamos a mulher, para pedir que fosse registrado nos Anais desta Casa, uma lembrança, uma homenagem singela que nós fazemos, através deste aparte, àquela que foi a Secretária do PMDB de Maringá, por vários anos, e que em plena força de trabalho, em plenas condições, quando reunia tudo para continuar em sua luta em termos de povo, de organização popular, de participação e igualdade para todos, foi vitimada pelo câncer, em janeiro próximo passado.

Quero, através deste aparte, no Dia da Mulher, lembrar a figura da professora universitária, Nadir Cansian, que foi para nós um símbolo de vivência partidária, de luta, de participação e integração da mulher na comunidade maringense, e, porque não dizer, ela que foi Líder, pois era Presidente da Associação dos Professores da Universidade de Maringá, foi o exemplo daquilo que muito pode realizar a mulher em termos de participação e construção de um Brasil novo, de uma terra melhor.

Parabéns a Vossa Excelência, e em nossas palavras a homenagem a uma companheira falecida, ex-Secretária do PMDB de Maringá, professora Nadir Cansian.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Nos três minutos restantes à Liderança do PMDB, consulto ao Sr. Deputado Ferrari Júnior se deseja usar este tempo.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É evidente que em apenas três minutos seria difícil de dizer aquilo que nós gostaríamos nesta oportunidade com respeito ao Governo Federal, ao Governo do PDS e aquilo que disse o Senhor Ministro da Marinha, numa entrevista concedida à televisão no dia de ontem.

Mas, deixarei para uma outra oportunidade, porque é preciso que se debata cada vez mais, é preciso que se traga num plenário como este, assuntos desta importância, porque cada

vez mais vai se fechando o cerco e o Governo Federal, através dos seus Ministros, vai mandando cada vez mais sem ouvir a opinião pública.

Falaremos, também, sobre a trégua proposta pelo Senhor Presidente da República e aqui até faço minhas as palavras do ilustre Deputado Erondy Silvério, quando, dirigindo-se ao nosso Líder, dizia que se o PMDB está assustado com a preocupação de Governo, que peça o boné e nós pretenderemos dizer e dizermos agora: parece que alguém tem que pedir o boné, só que o boné, parece-me, deverá ser pedido pelo Governo Federal que está aí, esmagando a população brasileira, mas está a pedir trégua. Enquanto o Ministro da Marinha diz na televisão: "Eu devolvi um navio que haveria de ser enviado pelos Estados Unidos. Não aceitei o "destróier", eu não quis. Tudo eu, eu, eu.". É por isto que este País vai indo de mal a pior. Está entregue, dirigido por meia dúzia de homens que só dizem: "eu, eu, eu".

Quem foi que me pediu o aparte? Eu não concederei, porque não teríamos tempo. Tenho apenas quarenta segundos e apenas utilizando desses três minutos para, num próximo pronunciamento, fazer efetivamente um levantamento maior da situação e desse centralismo barato, porque quando se ouve um pronunciamento desta natureza de um Ministro dizendo "eu fiz, eu não quis, eu faço, eu aconteço." chega a ser humilhante para a Nação brasileira.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte, Sr. Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vossa Excelência tem quinze segundos.

O Sr. Gabriel Manoel — Porque o Governador José Richa diz que ele também decide: "Eu decido a Prefeitura de Curitiba".

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu não entendi. Gostaria, se fosse possível...

Presidente, eu não entendi o aparte do Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos) Esta Presidência lamenta, mas Vossa Excelência está com o tempo encerrado. Vossa Excelência tem trinta segundos.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pois não.

O Sr. Gabriel Manoel — Presidente, Vossa Excelência me concede a palavra? O Governador José Richa também fala: "Eu, eu, eu decido o Prefeito de Curitiba". Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Tanto não é verdade, que está o Governador do Estado à espera de uma emenda, e oxalá o PDS apoie, para que haja eleições nas Capitais dos Estados.

O SR. JORGE MAIA FILHO — (Pela ordem) Senhor Presidente.

Apenas para dirimir uma dúvida minha. Queria saber de Vossa Excelência se estes trinta segundos concedidos ao nobre Deputado Ferrari Júnior, é uma precedência nessa Casa ou é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Devo esclarecer a Vossa Excelência que a Presidência, esta como todas as outras, por mera liberalidade, tem concedido 30 segundos ou um minuto aos Senhores Deputados para que possam concluir o seu raciocínio. Esta tem sido a conduta desta Presidência e das que me antecederam. No entanto, se Vossa Excelência me levanta uma questão de ordem nesse sentido, serei obrigado a interromper o orador assim que ele termine o tempo destinado para cumprimento do Regimento Interno.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Com a licença de Vossa Excelência apenas para esclarecer-lhe: sexta-feira passada, quando o Sr. não presidia, Vossa Excelência não presidia a sessão, fazia eu um pronunciamento quando esgotou o meu tempo e eu pedi ao então Presidente que me desse trinta segundos para concluir o meu pensamento. Ele negou. E eu no Grande Expediente o chamei de...

O Sr. Nilso Sguarezi — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jorge Maia.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Obrigado, Sr. Presidente. O então Líder do PMDB, eminente Líder, recomendou-me que fizesse um cursinho para que eu aprendesse as normas desta Casa. Agora, eu quero responder ao nobre Líder do PMDB, por intermédio de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Quero esclarecer ao ilustre Deputado Jorge Maia Filho, que a Presidência já respondeu à Questão de Ordem formulada por Vossa Excelência. No entanto, não poderei continuar a ouvi-lo, a não ser que Vossa Excelência invoque o artigo regimental que esta Presidência venha descumprindo. Está com a palavra, pela Ordem, o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — A minha Questão de Ordem é para que se cumprisse o Regimento Interno, não havia amparo nenhum na Questão de Ordem levantada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Já está atendida. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Srs. Deputados.
Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "HCJB A VOZ DOS ANDES - ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO DO EVANGELHO NO BRASIL", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 87/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a HCJB A VOZ DOS ANDES - ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO DO EVANGELHO NO BRASIL, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade referida no presente plano de lei tem desenvolvido excelente trabalho em prol do soerguimento espiritual e moral do povo brasileiro.

Seus dinâmicos dirigentes têm preparado construtivas e inspiradores programas que têm sido divulgados através da radiofonia e por reuniões públicas.

Por estas razões esperamos seja o presente projeto transformado em lei com o apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 87/82

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, visa declarar de utilidade pública a HCJB A VOZ DOS ANDES - Associação de Rádio Difusão do Evangelho do Brasil, com sede e foro nesta Capital.

O projeto de lei está de acordo com as normas regimentais, isento de falhas ou omissões, ou ainda vícios constitucional, estando, portanto, em condições de prosseguir sua tramitação normal nesta Casa.

Somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/82, de autoria do Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública o "LAR DE NAZARÉ", Assistência à Velhice Desamparada, da cidade de União da Vitória. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 111/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR DE NAZARÉ, Assistência à Velhice Desamparada, da cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O LAR DE NAZARÉ, Assistência à Velhice Desamparada, de União da Vitória, Estado do Paraná, foi fundado em 01 de julho de 1980, tendo sido registrado em 23 de julho do mesmo ano, data em que adquiriu personalidade jurídica.

Os benefícios que vem prestando aos idosos desamparados, fazem do Lar de Nazaré uma associação digna de respeito daquela comunidade.

Cumprindo com êxito os fins para que foi fundado, carece agora de sua declaração de utilidade pública, para o que esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 111/82

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, declarar de utilidade pública o "LAR DE NAZARÉ", Assistência à Velhice Desamparada, da cidade de União da Vitória.

Declarada de utilidade pública municipal, a entidade destina-se a amparar a velhice, tendo prestado relevantes serviços à comunidade.

Está o processo de acordo com as normas regimentais e legais, inexistindo óbices de qualquer natureza que possam inviabilizar a medida.

Em tais circunstâncias, nossa opinião é favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Lúcio, ocorrido no Município de Ubitatã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 05/83, o qual dispõe sobre revisão especial de proventos de funcionários civis aposentados do Poder Executivo. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, esta Mensagem trata da última mensagem que o Sr. Governador do Estado enviou à Assembléia Legislativa

no último dia 04, que teve atuação. A nossa bancada não pretende, em absoluto, retardar qualquer mensagem que aqui tenha tramitação. Mas, Sr. Presidente, entendemos que não podemos cercear também as Comissões Técnicas desta Casa, no sentido de fazerem a apreciação correta da matéria e propiciar que todas se manifestem. Acreditamos que a valorização do Legislativo parte para uma efetiva participação das Comissões Técnicas. O Regimento Interno, no Regime de Urgência, conturba um pouco esta apreciação.

Por outro lado, a matéria é bastante complexa. O próprio autor da matéria, o Sr. Governador do Estado, quando aqui veio, disse que deixava uma contribuição, sem no entanto fazer com que esta fosse terminantemente de exclusividade sua. Que deixava ao novo Governo que se inicia, a sua contribuição pessoal para que ele, entendendo necessária, aprovasse e a encaminhasse dentro de seus critérios.

Por isto, Sr. Presidente, nós não querendo em absoluto retardar a matéria, nos reservamos o direito de votar contra o Regime de Urgência, procurando todavia acelerar esta matéria para que ela, nas diversas Comissões, possa ter uma apreciação condigna, da alta importância e também da complexidade que ela encerra. Por isto somos forçados a não dar apoio, votando contrariamente a pretensão do eminente Líder que acredito, quero ver realmente traduzida e concretizada uma velha e sonhada aspiração dos inativos.

Todavia, Sua Excelência terá, de nossa parte, uma participação efetiva para que este plano de lei venha a ser aprovado, mas nos reservamos o direito, por ser matéria complexa, dar o devido carinho, o estudo e atenção, principalmente talvez buscando até no Executivo, informações sobre a complexidade que o assunto encerra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar)

Sr. Presidente, ao subscrever este requerimento e antes da tribuna ao formular apelo verbal a Vossa Excelência, o fiz tendo em vista manifestação do Presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná que solicitava, do Parlamento Estadual, a urgência necessária para apreciar matéria de tamanha importância para a vida dos funcionários inativos do Estado do Paraná.

O Regimento Interno da Casa é claro ao dispor sobre matérias que devem ter prevalência sobre as outras e, conseqüentemente, merecer o beneplácito do Regime de Urgência dos Srs. Deputados. Não há num projeto de Regime de Urgência, qualquer tolhimento, qualquer possibilidade a que o Deputado não tenha acesso a um estudo acurado da matéria; mas apenas obriga, pela norma regimental específica, a que se dê prioridade ao assunto em tela. E o desejo da Bancada do PDS ao atender e ouvir o apelo dos funcionários públicos estaduais, é exatamente este: entendemos que se trata de matéria complexa; de matéria que delongou vários estudos do Poder Executivo. Que foi objeto nesta Casa, de emenda do ex-Deputado Fidelcino Tolentino, deste Deputado e de diversos outros parlamentares.

Creio entretanto que o Regime de Urgência não irá fazer com que nós possamos fazer um estudo menos acurado desta matéria, apenas estabelecerá a necessária providência desta matéria, que é importante para o servidor público; muito mais importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que nós ficarmos aqui discutindo, por exemplo, declaração de utilidade pública como a Ordem do Dia de hoje. O sentido do trabalho do Parlamento, deve nos nortear a todos, para que possamos colocar na pauta dos trabalhos da Casa, projetos de real importância, para o Estado e para os diversos segmentos da sociedade. Não apenas aqueles suficientes, para que esta Casa se reúna.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em discussão o requerimento.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, por cinco minutos, concedo a palavra ao Deputado Ferrari Júnior. Esclareço a Vossa Excelência que o tempo concedido de cinco minutos, se prende a dispositivo regimental, que não permite a discussão desse tipo de requerimento, por mais de quinze minutos.

Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Excelência, disse bem o eminente Líder da Bancada do PDS, da necessidade de se enriquecer a Ordem do Dia; com matérias profundas, com matérias importantes, com matérias interessantes, como por certo, não temos dúvida nenhuma, é esta matéria que se pede Regime de Urgência. Contudo, Sr. Presidente, como nós temos notado, na Pauta da Ordem do Dia, não há — e não desmerecendo as matérias vindas até aqui — não existem matérias de maior profundidade. Nós não vemos, honestamente a necessidade de um Regime de Urgência. E tem mais, Excelência, gostaríamos imensamente de tomar conhecimento de todos os pareceres técnicos desta Casa, para que uma matéria importante possa ser, não votada de afogadilho, mas possa ser debatida, possa ser discutida, possa ser analisada, para que aqueles que receberão o benefício da matéria, não tenham do que reclamar amanhã. Uma matéria como esta, pode muito bem já nos próximos dias, passando imediatamente pelas Comissões competentes, vir para o Plenário, normalmente, constando da Ordem do Dia. E talvez seja, até, Excelência, uma falha minha, dou a mão à palmatória, mas confesso desconhecer totalmente essa matéria. E a partir deste momento, procurarei conhecer a matéria, estudar a matéria, ler a matéria, para também dar um parecer que espero tomar. Oxalá, acredito, o parecer favorável a respeito.

Portanto, Excelência, voto contra o Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o requerimento de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Senhores Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. — (Pausa) — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, com apoio do Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Regina Rüppel, ocorrido hoje, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jauri Souza, ocorrido na última semana, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando manifestação de regozijo à Universidade Estadual de Ponta Grossa, por promover e sediar, em cooperação com as Universidades Estaduais de Londrina e de Maringá, e com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o II Encontro de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais do Brasil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando envio de Telex aos Srs. Ministro da Fazenda e Secretário da Receita Federal em Brasília, encarecendo seja mantida a Agência da Receita Federal no Município de Dois Vizinhos - PR. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo

transcurso do 20.º aniversário de fundação da Editora "Diário do Paraná" Ltda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com o apoio do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Equipe e Diretoria do Caramuru Esporte Clube, do Município de Chopinzinho, pela conquista da XXII Taça Paraná, de Futebol Amador. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em sugestão no sentido de que seja ampliado o benefício da compra de veículos à álcool com redução de imposto aos Oficiais de Justiça, que, como os motoristas de táxi, dependem de condução para cumprirem e fazer cumprir as ordens judiciais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio das notas taquigráficas do pronunciamento na data de hoje do Sr. Deputado Alencar Furtado ao Sr. Governador do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente através do Sr. Governador do Estado, à Secretaria de Estado para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo informações sobre o montante dos recursos aplicados pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, desde a sua fundação, bem como dos recursos captados, sua origem e aplicação. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno à tribuna para tentar esclarecer as colocações feitas pelo Deputado Fiori Luiz no seu requerimento de Pedido de Informações.

Como tal decisão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome da Bancada do PDS, uma vez que a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios está com os seus dias contados. Sua Excelência o futuro Governador José Richa já anunciou publicamente a extinção da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios e ao tempo em que cria a Secretaria de Desenvolvimento de Assuntos Comunitários e, creio até que, pelo procedimento burocrático não seria possível este requerimento, nos termos constitucionais e regimentais, chegar à apreciação dos atuais ocupantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Municípios, antes do dia 15, dia da sua extinção. Para saciar, portanto, a curiosidade do Deputado Fiori Luiz, hoje ausente deste Plenário, darei dentro do possível as informações solicitadas.

Sua Excelência pergunta o montante como item um, o montante dos recursos aplicados pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios desde a sua fundação. Respondo: o total de recursos aplicados pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, no biênio 81, 82, somam seis bilhões, seiscientos e vinte e dois milhões de cruzeiros, sendo em 1981, um bilhão e novecentos e cinquenta e um milhões, e em 1982, quatro bilhões, seiscientos e setenta e um milhões, representando respectivamente, em 1981, 2.8 do orçamento geral do Estado e 2.7 do orçamento geral do Estado em 1982.

Sua Excelência, o Deputado Fiori Luiz, pergunta: o montante dos recursos captados por aquela Secretaria no exterior, sua origem e aplicação. Respondo: a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento não captou nem um centavo, no exterior.

Mas deixa ao próximo Governo — um pacote já negociado com o BIRD, que é o Banco Interamericano de Reconstrução de Desenvolvimento, no valor de 150 milhões de dólares, sendo que 50 milhões poderão ser negociados já no presente exercício de 1983. Vê-se por esta resposta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as acusações pré-eleitorais, de que a Secretaria ou que então ocupante daquela Pasta, o Engenheiro Saul Raiz, que era o homem de cem milhões de dólares, não era verdadeiro, era uma fraude à opinião pública do Paraná.

Mas, desejo registrar, que espero que o Governador José Richa possa conseguir estes empréstimos, para atender às necessidades tão prementes dos municípios paranaenses. E creio que Sua Excelência, com segurança, irá contratar o empréstimo com o BIRD, não só porque se trata de um empréstimo a juro mais baixo, é juro para o terceiro mundo numa linha de financiamento especial do BIRD, mas também porque Sua Excelência, o Senador José Richa já determinou ao seu Secretário de Planejamento Belmiro Valverde Jobim Castor, encontro que os jornais noticiaram, com o chefe da missão econômica do BIRD, no sentido de contratar este empréstimo, extinguindo a Secretaria. A Secretaria que não tinha quadro próprio de pessoal, possuía apenas cinco veículos, ele podia usar este dinheiro para obras em favor da população do interior do Estado, até para evitar o drama do êxodo rural, hoje levantado por Parlamentar nesta Casa. Terceiro: totais liberados para as diversas Prefeituras especificando-os por Prefeituras.

Possuo aqui as informações por município e por micro-região.

O detalhamento poderá também ser lido. Não o faço, no momento, para não transformar essas minhas palavras ainda mais cansativas. Mas, tenho aqui, e peço a Vossa Excelência que considere lida a relação de obras, aliás, perfeitamente explicitadas na Mensagem Governamental, que talvez, Sua Excelência o Senhor Deputado Fiori Luiz não teve tempo ou oportunidade de ler.

Mas, estão detalhados todos os programas, na Mensagem do Sr. Governador José Hosken, à página 6, por exemplo, é especificado, item por item, ação por ação, pavimentação urbana em metros quadrados, as quantidades, os municípios atendidos e o volume de recursos aplicados; eletrificação rural, eletrificação urbana, iluminação pública, terminais, praças, prédios escolares, postos de saúde, hospitais, redes de esgoto, imóveis municipais, micro-sistemas d'água, paisagismo urbano, creches, auxílios a calamidades, pontes casas de cultura, estradas vicinais, canchas esportivas, entre outros.

Na certeza de que os Srs. Deputados tiveram oportunidade de ler a Mensagem do Governador, deixo de relatar outros itens.

Sua Excelência, por último, como quarto item: "Prestação de contas dos municípios e mecanismos de controle; quais, as Prefeituras que já prestaram contas e quais as que ainda não prestaram?"

Respondo, Sr. Presidente.

A Instrução n.º 08/81, da FAMEPAR, orienta os Municípios quanto à instruções sobre movimentação, aplicação e prestação de contas de recursos recebidos do Governo do Estado do Paraná. De acordo com a lei que Sua Excelência, o Deputado Fiori Luiz provavelmente não desconhece, já que é Parlamentar brilhante, a Lei Estadual 5.615, de 11.08.1967, e 6.473, de 31.10.73, os municípios são responsáveis pelas prestações de contas dos recursos recebidos do Governo Estadual ou de recursos da União.

A posição dos municípios que já prestaram ou não contas, poderá ser obtida na D.R.C. do Tribunal de Contas do Paraná, visto que é competência do referido órgão a aprovação ou não, das contas municipais.

Creio, portanto, ter respondido todos os itens do solicitado pelo Deputado Fiori Luiz. Mas, a Bancada do PDS, para demonstrar que é importante que esta Casa tome conhecimento

do trabalho feito em favor do municipalismo paranaense, nos últimos dois anos, para que nós não fiquemos apenas no discurso cansado, mas, sim, em obras em favor do municipalismo, a Bancada do PDS votará favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao ilustre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a diligência do eminente Líder do PDS em trazer prontamente, as informações solicitadas.

Regimentalmente, não se pode retirar o requerimento, de vez que o autor não está presente. Todavia, vamos usar um expediente de Regimento, pedirei a verificação de votação, porque noto não haver o número, a fim de que se propicie a oportunidade de em aqui estando presente, o Senhor Deputado consulte-nos se as informações trazidas o satisfazem, evidentemente Sua Excelência retirará o requerimento e não precisara ser votado. Então apenas para que se propicie a oportunidade para o Deputado examinar as informações e talvez o requerimento

não haja necessidade de ser votado.

Em todo o caso, agradeço a diligência do eminente Líder em trazer as informações solicitadas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz.

Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. Está aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência atende e irá proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Dezessete Senhores Deputados aprovam, nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 87 e 111/82.

Levanta-se a sessão.